

Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 23/04/2020

("AGO")

16 DE MARÇO DE 2020

ÍNDICE

1. Informações sobre a AGO	3
2. Informações sobre as matérias que compõem a Ordem do Dia da AGO	3
2.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.....	3
2.2. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia e eleição de seus membros para o biênio de 2020/2021.....	4
2.3. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros	5
2.4. Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020	6
3. Orientações Gerais.....	6
4. Representação por procuração.....	8
Anexo I – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia com as informações do item 10 do Formulário de Referência da Companhia	9
Anexo II – Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, relativas à proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia	58
Anexo III – Pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria	83
Anexo IV – Modelo de Procuração.....	85

1. INFORMAÇÕES SOBRE A AGO

DATA: 23 de abril de 2020

HORA: 13 horas

LOCAL: Sede Social da Companhia

Via do Cobre, nº. 3700

Área Industrial Oeste

Dias D'Ávila, Bahia

CEP 42850-000

2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS QUE COMPÕEM A ORDEM DO DIA DA AGO

2.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/2009"), a Companhia disponibilizou, na presente data, em seu website (<https://ri.paranapanema.com.br>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos:

- (i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 2019;
- (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras, com as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes;
- (iii) Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP;
- (iv) Parecer dos Auditores Independentes;
- (v) Parecer do Conselho Fiscal;
- (vi) Parecer do Comitê de Auditoria;
- (vii) Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, com as informações do item 10 do Formulário de Referência da Companhia; e
- (viii) Boletim de Voto a Distância.

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2019, nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, serão publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado da Bahia (DOEBA) e Folha do Estado de São Paulo – Edição Nacional em 20 de março de 2020.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2019 da Companhia foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes previamente ao parecer favorável do Comitê de Auditoria (Anexo III), à aprovação do Conselho de Administração e à emissão do parecer do Conselho Fiscal, todos de 16 de março de 2020 (Anexo III), tendo sido, portanto, consideradas em condições de serem submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia.

Ante a apuração de prejuízo no exercício de 2019, a Companhia está dispensada, conforme Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/2020, da apresentação do Anexo 9-1-II, que trata da destinação de lucro líquido, nos termos do Artigo 9º, Parágrafo Único, inciso II, da ICVM 481/2009.

Assim, todas as informações e documentos necessários à deliberação do primeiro tópico da pauta da AGO foram devidamente disponibilizados aos acionistas da Companhia, em conformidade com a legislação em vigor.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência encontram-se no Anexo I a este manual.

2.2. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia e eleição de seus membros para o biênio de 2020/2021.

O Conselho de Administração da Companhia deve ser composto de, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 07 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral e com mandato de 02 (dois) anos, conforme regras previstas no Capítulo III do Estatuto Social da Companhia.

Não obstante, dentre os membros do Conselho de Administração da Companhia, no mínimo 20% de sua composição deverão ser de conselheiros independentes, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser realizada através de 02 (dois) sistemas de votação, quais sejam:

- (i) via processo de votação por aprovação da maioria simples de acionistas presentes na AGO, no qual a eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser realizada com base em candidatos previamente registrados na mesa da AGO ("Votação Simples"); ou,
- (ii) por processo de voto múltiplo, no qual os candidatos serão indicados e eleitos individualmente, sendo seus respectivos nomes registrados junto à mesa da AGO. Neste processo, deverá se atribuir a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários ("Processo do Voto Múltiplo").

Para requerer a adoção do Processo de Voto Múltiplo, faz-se necessária apresentação de pedido, por escrito, de acionistas representando, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, referido pedido deve ser feito à Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO.

O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as regras e condições de eleição, cumprindo os dispositivos da ICVM 481/2009.

Para inclusão de candidatos ao Conselho de Administração no Boletim de Voto a Distância, os acionistas deverão notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, até o dia 29/03/2020¹, bem como ser detentor de ações que representem, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) do capital social da Companhia, nos termos da ICVM 481/2009.

O acionista ou o grupo de acionistas poderá também indicar candidatos ao Conselho de Administração e respectivos suplentes na AGO, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da ICVM 481/2009.

Ademais, por não possuir acionista controlador, não há como apresentar os eventuais cenários para a eleição dos membros do Conselho de Administração por Votação Simples e por Processo de Voto Múltiplo.

¹ 25 dias antes da AGO

Até a presente data, a Companhia não recebeu indicações de candidatos para compor o Conselho de Administração. Tão logo receba indicações de candidatos para compor o órgão, a Companhia disponibilizará as informações estabelecidas no artigo 10 da ICVM 481/2009.

2.3. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros.

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo suas regras previstas no Capítulo IV de seu Estatuto Social.

Referido órgão deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as regras e condições de eleição, cumprindo os dispositivos da ICVM 481/2009.

Para inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto a Distância, os acionistas deverão notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, até o dia 29/03/2020², bem como ser detentor de ações que representem, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) do capital social da Companhia, nos termos da ICVM 481/2009.

O acionista ou o grupo de acionistas poderá também indicar candidatos ao Conselho Fiscal e respectivos suplentes na AGO, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da ICVM 481/2009.

Até a presente data, a Companhia não recebeu indicações de candidatos para compor o Conselho Fiscal. Tão logo receba indicações de candidatos para compor o órgão, a Companhia disponibilizará as informações estabelecidas no artigo 10 da ICVM 481/2009.

2.4. Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020.

Conforme previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, a fixação da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária ("Administradores"), e do Conselho Fiscal, é de competência da Assembleia Geral.

O artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, em seu parágrafo primeiro, determina que esta definição deve ser feita na forma global, incluindo benefícios de qualquer natureza e verba de representação, cabendo ao Conselho de Administração distribuir a remuneração dentre os Administradores da Companhia, tendo em conta as suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Adicionalmente, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal serão reembolsados por despesas incorridas em viagens e deslocamentos para as reuniões mensais de referidos órgãos, sendo certo que

² 25 dias antes da AGO

referidas despesas reembolsáveis terão o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos colaboradores da Companhia, conforme política vigente.

A proposta de remuneração dos Administradores para o exercício de 2020 (Janeiro/2020 a Dezembro/2020) totaliza **R\$12.709.249,00 (doze milhões, setecentos e nove mil e duzentos e quarenta e nove reais)** e a proposta de remuneração do Conselho Fiscal para o exercício de 2020 (Janeiro/2020 a Dezembro/2020) totaliza **R\$580.219 (quinhentos e oitenta mil e duzentos e dezenove reais)**.

Para o exercício de 2019, referidos valores totalizavam, para os Administradores, o montante de **R\$20.220.592,00** (vinte milhões, duzentos e vinte mil, quinhentos e noventa e dois reais), e para o Conselho Fiscal o montante de **R\$555.336,00** (quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta e seis reais), sendo certo que, destes montantes, foi reconhecida a provisão no resultado do exercício de 2019 de **R\$9.199.534,00** (nove milhões, cento e noventa e nove mil, quinhentos e trinta e quatro reais)³ para os Administradores e **R\$477.947,00³** (quatrocentos e setenta e sete mil e novecentos e quarenta e sete reais) para o Conselho Fiscal. As principais variações em relação à proposta de 2019 e o realizado para o mesmo período foram: (i) para os Administradores, um dos membros do Conselho de Administração renunciou à sua remuneração ao longo de 2019; (ii) houve redução na remuneração dos membros da Diretoria Estatutária no realizado de 2019; (iii) não houve pagamento integral da remuneração variável à Diretoria Executiva Estatutária; e (iv) para o Conselho Fiscal, a quantidade de membros foi inferior ao previsto para 2019.

As informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481/2009, encontram-se no Anexo II a este manual.

3. ORIENTAÇÕES GERAIS

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia até a realização da AGO, por si ou por representantes legais.

• Documentação

Como condição para participação na AGO, os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

Pessoa Física

- a) cópia de documento de identificação com foto recente e validade nacional; e,
- b) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGO.

Pessoa Jurídica

- a) cópia do último estatuto social/contrato social consolidado e suas respectivas alterações;
- b) documentos comprobatórios de representação, com os devidos arquivamentos nos órgãos competentes, incluindo o instrumento de mandato, se aplicável;
- c) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGO.

Fundos de Investimento

- a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGO;

³ Valores provisionados.

- b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à AGO ou a quem tenha outorgado a procuração; e,
- c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os documentos listados no item acima ("Pessoa Jurídica").

Não será necessário apresentar notarização e consularização da documentação que comprova os poderes de representação.

Os **originais ou cópias autenticadas** dos documentos acima citados deverão ser entregues no local de realização da assembleia até o início da AGO ou encaminhados à Companhia até 48 horas antes do início da AGO, por e-mail ou correspondência para um dos seguintes endereços:

A/C Departamento de Relações com Investidores
e-mail : ri@paranapanema.com.br

Para a Sede Social da Companhia

Via do Cobre, 3700, Área Industrial Oeste, Dias D'Ávila/BA, Brasil, CEP 42850-000
A/C Renata Jesus Alves da Silva, Departamento Jurídico

Para a Sede Fiscal da Companhia

Rua Felipe Camarão, 500, Utinga, Santo André/SP, Brasil, CEP 09220-580
A/C Roberta Ribeiro Leal, Departamento de Relações com Investidores

A apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais ou cópias autenticadas dos documentos até o início da AGO.

Qualquer dúvida, favor contatar: Roberta Ribeiro Leal, no telefone: +55 11 2199-7635.

● **Boletim de Voto a Distância**

Os acionistas que desejarem, poderão utilizar o Boletim de Voto a Distância ("Boletim") para votação na AGO, nos termos do artigo 21-A e seguintes da ICVM 481/2009, disponibilizado pela Companhia em seu website (<https://ri.paranapanema.com.br>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Para participar da AGO por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Banco Bradesco S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia; (ii) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim nos termos da ICVM 481/2009; ou, ainda, (iii) para a Companhia, diretamente.

Os acionistas que encaminharem o Boletim diretamente para a Companhia deverão observar as regras a seguir:

- (i) todos os campos deverão estar preenchidos;
- (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas;
- (iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente;
- (iv) deverá ser encaminhado, juntamente com o Boletim, a documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista, observados, portanto, os requisitos e formalidades previstos no item de documentação deste Capítulo 3.

Solicita-se que o Boletim e demais documentos comprobatórios sejam protocolados na sede da Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da AGO.

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro, nem a notarização daqueles emitidos fora do País.

O Boletim que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na ICVM 481/2009.

Instruções detalhadas devem ser obtidas no Boletim disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.paranapanema.com.br>) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

4. Representação por procuração

Caso V.Sas. prefiram indicar um representante legal para voto por procuração, os documentos que confirmam a representação também deverão ser entregues na sede da Companhia dentro dos prazos e na forma descrita acima.

Com o propósito de facilitar a participação na AGO, a Administração da Companhia deixa à disposição de seus acionistas, como mera cortesia e sem um compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo IV como uma sugestão de texto e a indicação de advogados da Companhia, caso o acionista não tenha quem indicar. Dessa forma, V.Sas. deverão considerar que tal sugestão de texto não configura um pedido público de procuração para os fins do Capítulo IV da ICVM 481/2009, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à disposição de seus acionistas.

<u>Procuradores sugeridos pela Companhia</u>
GIOVANNA ARAUJO PACHECO , brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 269.803, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21.317.534-4 e inscrita no CPF/MF sob o nº 303.456.528-35, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Felipe Camarão, nº 500, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.
OU
CRYSSIE MARÇAL SANTOS , brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 316.698, portadora da Cédula de Identidade RG nº 35.602.272-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 368.287.078-42, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Felipe Camarão, nº 500, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.

ANEXO I**Informações do item 10 do Formulário de Referência****10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A seguir são apresentados os comentários da nossa Diretoria correspondentes à análise da nossa condição financeira e patrimonial, que contemplam um panorama sobre o desempenho do mercado global para cada um dos exercícios encerrados em 2019, 2018 e 2017, bem como uma análise sobre o desempenho da gestão de capital e as ações endereçadas nessa gestão ao longo desses períodos.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os detalhes estão fornecidos no item 10.5.

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2019, o principal foco da Companhia foi o de aumentar a ocupação dos nossos principais ativos com a respectiva geração operacional de caixa e redução de seus ciclos operacionais. Podemos dizer que apenas a partir do 3º trimestre do ano tal movimento em seu conjunto veio a ocorrer.

Neste sentido, o OEE (índice que mede o nível de eficiência/utilização da planta) registrado no ano pelo smelter foi de 61,81%, a maior marca desde 2016, e 20% superior ao registrado em 2018, 56,11%. Apesar da substancial melhora na nossa performance operacional, o planejamento de custos e despesas foi baseado em números de performances maiores, o que acarretou uma frustração nas margens operacionais da Companhia.

A partir do 3º trimestre do ano, houve uma melhoria significativa na redução do capital de giro, baseada fortemente na melhoria do ciclo operacional que acabou resultando em uma geração positiva de caixa de R\$230 milhões e fluxo de caixa livre de R\$61 milhões no ano.

Também, a partir desse último trimestre, a administração começou a rever e renegociar todos os contratos de prestação de serviços e de fornecimento de materiais, assim como as despesas gerais e administrativas, objetivando a busca de melhores resultados em 2020.

O Prejuízo Líquido da Companhia foi de R\$25,1 milhões, tendo em vista a reversão do IR Diferido no valor de R\$206,8 milhões. Por outro lado, a Companhia reconheceu R\$706,9 milhões decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado que questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Houve a continuidade dos investimentos no valor anual total de R\$169 milhões. Parte expressiva destes investimentos foram realizados no último trimestre na planta industrial localizada em Dias D'Ávila (BA), que passou por uma extensa Manutenção Programada, a qual foi concluída com sucesso em dezembro, dentro do cronograma esperado. Nossos colaboradores, com o apoio de cerca de 2000 funcionários terceirizados, realizaram atividades de manutenção, revisão e modernização das instalações de fundição, conversão, planta de ácido sulfúrico e de utilidades. Com as manutenções periódicas, a Companhia reitera seu compromisso em manter a integridade operacional de suas plantas industriais, visando à melhoria da produtividade, segurança e proteção do meio ambiente.

Adicionalmente, a Companhia procurou ouvir seus colaboradores. Foi conduzida uma pesquisa de clima formal com uma consultoria especializada, e os resultados de favorabilidade foram superiores aos da última pesquisa realizada em 2016. Os resultados obtidos são importantes para entendermos quais aspectos devem ser celebrados e quais os pontos de atenção que deverão ser continuamente reforçados.

O maior desafio da Companhia em 2020 será o de equalizar o perfil de sua dívida financeira. A partir de março de 2020, a Companhia vem tratando com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhar o perfil da dívida com a sua futura geração de caixa. Neste contexto, a Companhia contratou a consultoria especializada Moelis & Company Assessoria Financeira Ltda. para aconselhá-la neste processo. Encontra-se em negociação um acordo de suspensão temporária de pagamentos das dívidas com referidos credores.

O foco da atual Administração, que entrou na Companhia no 3º trimestre de 2019, está dedicada à continuidade de sua atividade operacional plena através de parcerias com fornecedores, bem como nas negociações envolvendo o perfil de sua dívida financeira.

Em relação ao novo coronavírus (COVID-19), maiores informações podem ser encontradas nas notas explicativas (em Eventos Subsequentes).

b. Estrutura de capital:

A atual estrutura de capital, medida pelo quociente entre capital próprio e capital de terceiros, apresenta aumento no nível de alavancagem em 2019, explicado pela queda do saldo de fornecedor externo.

A tabela abaixo mostra a estrutura de capital próprio e de terceiros para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	2017	2018	2019
Fornecedores locais	85.874	82.481	138.472
Fornecedores estrangeiros	715.329	1.175.506	357.026
Fornecedores LP	604	-	77
Operações com Forfaiting e Carta de Crédito	41.819	66.914	85.641
Instrumentos financeiros derivativos	183.670	26.449	49.381
Empréstimos e financiamentos CP	120.977	131.829	568.009
Empréstimos e financiamentos LP	1.807.001	2.017.084	1.642.876
Total Capital Terceiros	2.955.274	3.500.263	2.841.482
Patrimônio líquido	888.522	602.497	828.230
Ajuste de avaliação patrimonial & OCI	(786.359)	(761.490)	(725.690)
Total Capital Próprio	(1.674.881)	(1.363.987)	(1.553.920)
Garantia de Capital de terceiros	0,57	0,39	0,55
Capital Próprio (%)	36%	28%	35%
Capital Terceiros (%)	64%	72%	65%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, bem como, novas linhas de crédito, intensificação das ações para monetização de ativos não operacionais. A Administração acredita que o plano de negócios apresentado esteja adequado, dentro de premissas razoáveis para sua concretização. Ressalta-se, entretanto, que não há previsibilidade quanto a parâmetros exógenos, o que impossibilita a Companhia em prever os efeitos destes sobre sua capacidade de continuar em operação.

A Receita Líquida Total somou R\$5,2 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 10% maior referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 2019, as vendas no mercado interno representaram 42% do total da receita contra 58% de exportações.

O EBITDA da Companhia ficou R\$288,5 milhões positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 192% em comparação com ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 que já havia tido um crescimento de 146% em relação a 2017. A margem EBITDA ficou em 5,52% positivo no exercício 2019, sendo 3,5p.p. superior à margem de 2,07% registrada no mesmo período de 2018.

Em 2018 revertemos o prejuízo de R\$214,7 milhões do EBITDA de 2017 para um lucro de R\$82,7 milhões. Importante ressaltar que em 2017 a Companhia aproveitou um programa especial de pagamento de tributos – PERT, para reconhecer e quitar uma dívida de cerca de R\$186 milhões utilizando predominantemente prejuízos fiscais acumulados. O resultado negativo não recorrente de 2017 foi devido principalmente ao reconhecimento do passivo tributário PERT, conforme explicado anteriormente. Mesmo expurgados os efeitos do PERT, 2017 teria apresentado um prejuízo no EBITDA de R\$28,7 milhões.

A melhoria apresentada no EBITDA de 2019 refere-se principalmente a crédito de impostos na exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no valor de R\$396,3, e no ano de 2018 pode ser explicada pelo aumento no volume de vendas em especial em Vergalhões, Fios e Outros e por causa do aumento no preço dos coprodutos e por um câmbio médio mais favorável.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	2017	Δ %	2018	Δ %	2018
Resultado Líquido	(135.770)	-138%	(323.373)	156%	181.759
(+) Impostos	393.318	-69%	120.591	-104%	(4.735)
(+) Resultado Financeiro Líquido	(187.810)	-110%	(394.388)	116%	64.140
EBIT	(341.278)	85%	(49.576)	347%	122.354
(+) Depreciações e Amortizações	126.573	17%	148.197	12%	166.189
EBITDA	(214.705)	146%	98.621	193%	288.543
Receita Líquida	3.508.460	36%	4.765.777	10%	5.227.641
% das Receitas	-6,12%	8,2 p.p.	2,07%	3,5 p.p.	5,52%

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A necessidade de recuperação e modernização dos nossos parques industriais, principalmente em função da deterioração acelerada do parque industrial de Dias d'Ávila, é suportada por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento. A abertura dos montantes e custos por linha de captação está disponível no item 10.1.f.

Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento líquido apresenta um saldo de R\$2.186.172, 18% maior que 2018 impactado principalmente pela redução de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 o endividamento líquido foi de R\$1.850.739 mil, representando um aumento de 11% em relação ao endividamento líquido apurado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$1.669.240 mil..

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	2017	Δ %	2018	Δ %	2019
Curto Prazo	120.977	9%	131.829	331%	568.009
Longo Prazo	1.807.001	12%	2.017.084	-19%	1.642.876
LC e Forfait	41.819	60%	66.914	28%	85.641
Instrumentos Financeiros Derivativos	183.670	-86%	26.449	87%	49.381
Endividamento	2.153.467	4%	2.242.276	5%	2.345.907
Caixa e Equivalentes de Caixa	345.551	-37%	216.668	-46%	118.036
Aplicações Financeiras	53.085	-14%	45.556	-45%	25.029
Aplicações Financeiras / Conta vinculada	0	n.a	0	n.a	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	85.591	51%	129.313	-87%	16.670
Caixa Total	484.227	-19%	391.537	-59%	159.735
Endividamento Líquido	1.669.240	11%	1.850.739	18%	2.186.172

O capital de giro da Companhia está representado por:

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	2017	Δ %	2018	Δ %	2019
Contas a Receber	389.279	71%	666.685	-69%	203.616
Estoques	1.546.971	5%	1.626.575	-38%	1.014.982
Impostos a Recuperar	201.385	11%	224.142	283%	858.665
Fornecedores e Operações de Forfaiting e Carta de	(840.233)	-58%	(1.324.901)	56%	(581.216)
Adiantamento de Clientes	(37.520)	-415%	(193.122)	94%	(11.097)
Capital de Giro Total	1.259.882	-21%	999.379	49%	1.484.950

O Capital de Giro de 2019 foi de R\$1.484.950, 49% maior que 2018, impactado principalmente na linha de impostos a recuperar pelo reconhecimento do crédito de PIS e Cofins sobre a exclusão de ICMS na base de cálculo que totalizou R\$724.493. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$999.379 mil, 20% menor que em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.256.489 mil), impactado principalmente pelo aumento nos fornecedores gerado a partir do acordo celebrado com a Glencore International Investments Ltd, acionista da Companhia, por meio do qual a Paranapanema se compromete a comprar 180 mil toneladas de concentrado de cobre, e vender o volume equivalente em cobre refinado com as mesmas datas de liquidação financeira. Esse acordo foi objeto de um processo de concorrência com várias tradings do setor e apresenta termos comerciais compatíveis com operações desta natureza, que permitiu aumentar os

níveis de produção a partir do final do segundo trimestre de 2017 sem a necessidade de empregar caixa adicional.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Devido à continuidade de um cenário macroeconômico desafiador, despenderemos atenção especial à gestão da liquidez, utilizando ferramentas necessárias para gestão de caixa, alongamento dos passivos bancários disponíveis, redução dos itens de capital de giro e venda de ativos não operacionais. É importante reforçar que, mesmo com a continuidade de um cenário de contração de crédito, continuaremos focando no aprimoramento da qualidade de nosso endividamento. Manteremos nossos esforços em desenvolver relacionamentos com novas instituições financeiras, captando linhas mais eficientes e inovadoras.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

f.1. Contratos de empréstimo e financiamento

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão demonstrados na tabela a seguir:

	Passivo		Passivo		Passivo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	2017	2017	2018	2018	2019	2019
Contratados em Moeda USD						
Financiamentos de importação	29.986	10.921	12.932	-	-	-
Financiamentos de comércio exterior -ACC	5.584	574.742	38.260	673.219	205.168	560.244
Pré-pagamento de exportação -PPE	14.216	1.024.118	20.389	1.199.582	267.873	998.277
Cedula de credito bancario	630	65.756	1.305	78.119	17.422	65.009
	50.416	1.675.537	72.886	1.950.920	490.463	1.623.530
Contratados em Moeda BRL						
Financiamento de Projetos	13.794	9.159	9.664	345	348	-
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	22.877	73.201	24.472	41.802	24.300	17.801
Capital de giro	38.249	74.166	29.166	44.721	27.177	17.889
Nota de crédito de exportação - NCE	-	-	-	-	30.080	-
	74.920	156.526	63.302	86.868	81.905	35.690
Custos de transação - reperfilamento	(4.359)	(25.062)	(4.359)	(20.704)	(4.359)	(16.344)
Total	120.977	1.807.001	131.829	2.017.084	568.009	1.642.876

Posição detalhada dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2019		
					Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros	Passivo não circulante Principal
FINAME	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	9,50% a.a	7	-	-
BNDES AUT.	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	2,5% a 18,5% a.a	340	1	-
NCE	Banco Safra S.A.	Anual	2020	CDI + 3,70% a.a	30.000	80	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2023	10% a.a	24.000	300	17.801
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	CDI + 0,5% a.m	26.832	345	17.889
Total contratados em moeda BRL					81.179	726	35.690
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	22.572	1.194	90.287
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	22.572	1.194	90.288
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	46.990	2.485	187.960
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	7.419	392	29.675
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	16.123	853	64.491
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	24.386	1.289	97.543
ACC	Banco Banrisul	Anual	2020	5,20% a 5,30% a.a	44.881	1.207	-
ACE	Banco Daycoval S.A.	Anual	2020	6,70% a.a	11.581	30	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	28.481	2.089	113.924
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	2.886	212	11.543
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	7.010	514	28.040
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	9.239	678	36.956
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	111.626	8.187	446.509
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	46.243	3.392	184.972
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	21.886	1.605	87.544
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	22.197	1.628	88.789
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 6 + 3,25% a.a	16.252	1.170	65.009
Total contratados em moeda USD					462.344	28.119	1.623.530
Custos de transação - reperfilamento					(4.359)	-	(16.344)
Total					539.164	28.845	1.642.876
Saldo em USD dos empréstimos contratados em moeda USD - Taxa de conversão R\$ 4,0307					USD 114.706	USD 6.975	USD 402.792

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2018		
					Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros	Passivo não circulante Principal
FINAME	Banco Abc Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2019	6% a.a	319	1	-
FINAME	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	6% a 9,5% a.a	660	2	7
BNDES AUT.	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	TJLP + 3% a 5% a.a	1.897	8	338
FINEM	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2019	TJLP + 3% a 4,5% a.a	6.753	24	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	10% a.a	24.000	472	41.802
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	CDI + 0,5% a.m	28.510	656	44.721
Total contratados em moeda BRL					62.139	1.163	86.868
FINIMP	HSBC Bank Brasil S.A.	Semestral	2018 a 2019	LIBOR 06 + 1,7% a.a	12.792	140	-
ACC	Banco Bnp Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	1.378	108.494
ACC	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	1.378	108.494
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	2.868	225.863
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	453	35.659
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	984	77.496
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	1.488	117.213
ACC	Banco Banrisul	Anual	2019	5,3% a 5,6% a.a	28.360	1.351	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui Br. S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	2.327	136.897
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	236	13.871
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	573	33.695
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	755	44.408
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	9.119	536.548
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	3.778	222.272
PPE	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	1.788	105.197
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	1.813	106.694
CCB	Banco Itaú Bba S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	1.305	78.119
Total contratados em moeda USD					41.152	31.734	1.950.920
Custos de transação - reperfilamento					(4.359)	-	(20.704)
Total					98.932	32.897	2.017.084

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2017		
					Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros	Passivo não circulante Principal
FINAME	Banco Abc Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2019	2,5% a 18,5% a.a	1.162	3	319
FINAME	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	2,5% a 18,5% a.a	2.367	10	667
BNDES AUT.	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	2,5% a 18,5% a.a	2.298	19	2.122
FINEM	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2019	2,5% a 18,5% a.a	7.878	53	6.053
FINEP	Finep	Mensal	2018 a 2023	TJLP + 5% a.a	1.531	41	7.398
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	10% a.a	20.000	1.305	65.802
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	CDI + 0,5% a.m	36.895	1.059	73.230
Total contratados em moeda BRL					72.131	2.490	155.591
FINIMP	HSBC Bank Brasil S.A.	Semestral	2018 a 2019	Libor 06 + 1,7% a.a	10.921	179	10.921
FINIMP	Mercantil Commercebank	Trimestral	2018	5,54% a.a	18.843	44	-
ACC	Banco Bnp Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	900	92.624
ACC	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	900	92.624
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	1.872	192.823
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	296	30.443
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	643	66.160
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	972	100.067
PPE	Banco Sumitomo Mitsui Br. S.A.	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	1.622	116.872
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	164	11.842
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	399	28.766
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	526	37.912
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	6.359	458.063
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	2.634	189.758
PPE	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	1.264	91.087
PPE	Bladex Representação Ltda	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	1.247	89.819
CCB	Banco Itaú Bba S.A.	Semestral	2018 a 2019	Libor 12 + 3,25% a.a	-	926	66.691
Total contratados em moeda USD					29.764	20.947	1.676.472
Custos de transação - reperfilamento					(4.359)	-	(25.062)
Total					97.536	23.437	1.807.001
Saldo em USD dos empréstimos contratados em moeda USD - Taxa de conversão R\$ 3,3080					USD 8.998	USD 6.332	USD 506.793

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro tem o seguinte vencimento:

	2017	2018	2019
2019.....	69.420	-	-
2020.....	381.457	437.003	-
2021.....	365.972	421.516	437.214
2022.....	560.179	655.113	681.646
2023.....	215.078	251.181	261.463
2024.....	214.895	252.271	262.553
	1.807.001	2.017.084	1.642.876

Utilizamos predominantemente empréstimos e financiamentos internacionais ("Trade Finance") para financiar o nosso capital de giro, isto devido à contumaz e recorrente atividade de exportação e importação inerente à nossa atividade fim. Cabe ressaltar que os nossos projetos de melhorias e expansões são financiados por fontes de financiamento de longo prazo como linhas do BNDES e BNB, fundos de desenvolvimento regionais e outras fontes de financiamento de longo prazo.

f.2. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Mantemos relações no curso normal dos nossos negócios com instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, além daquelas descritas no item 10.f.i.

f.3. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as nossas dívidas quirográficas. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia ofereceu bens móveis integrantes do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais e trabalhistas que, em 31 de dezembro de 2019, totalizavam R\$117.831 mil (R\$62.881 mil em 31 de dezembro de 2018). Caso ocorra decisão desfavorável em relação a algum processo, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu 255 mil toneladas de vergalhão de cobre eletrolítico em garantia de processo fiscal que em 2019 totalizava R\$6.536 mil (R\$5.670 em 31 de dezembro de 2018). Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção que, em 31 de dezembro de 2019, totalizavam R\$196.401 mil.

A Companhia concluiu em 2017 o processo de reperfilamento e reestruturação das dívidas junto a seus principais credores financeiros. As principais condições renegociadas, em uma base comum para todos os credores, são prazo total de até 7 anos para pagamento das dívidas, sendo os 2 primeiros anos período de carência para o início do pagamento do principal e pagamento de juros anuais.

Os ativos dados em garantia do processo de reperfilamento, em 31 de dezembro de 2017, totalizavam R\$303.760 mil (R\$576.867 mil em 31 de dezembro de 2018), suficiente para a cobertura dos respectivos empréstimos.

Garantia aos principais credores financeiros:

- (i) hipoteca em 1º grau do imóvel de Dias D'ávila/BA (cláusula alterada pelo 1º Aditamento)
- (ii) penhor industrial de 1º grau sobre os bens operacionais não circulantes de Dias D'ávila/BA, Serra/ES e Utinga/SP (cláusula alterada pelo 1º Aditamento);
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios que sobejarem eventual execução (a) hipoteca Utinga – BNB e Serra – Safra;
- (iv) alienação fiduciária HSBC em equipamentos de Dias D'ávila/BA; (c) indenização de seguro;
- (v) penhor industrial de 1º grau, sob condição suspensiva, sobre (a) equipamentos da alienação fiduciária HSBC; (b) máquinas e equipamentos em penhora judicial no Agravo de Instrumento nº 0020406-81.2017.4.01.0000/DF, processo de origem nº 93642020174013400 (TRF-1) (equipamentos Cast & Roll).

A Companhia incorreu em R\$29.421 mil relativos aos custos de transação diretamente atribuíveis ao processo, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria

externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros. A contabilização está mantida em conta redutora do passivo conforme quadro abaixo. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$4.359, no curto prazo, e R\$16.344 no longo prazo.

Em 2017 com o reperfilamento das dívidas, os covenants financeiros e os prazos de vencimentos dos contratos de empréstimo bancário foram renegociados com nossos credores.

Nesse sentido, nos termos do item 6.6 deste Formulário de Referência, determina, dentre outras, as seguintes obrigações e restrições à Companhia para manter-se enquadrada em determinados covenants financeiros, como

(a) índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x;

(b) Dívida Líquida pelo EBITDA Recorrente e Não Ajustado igual ou inferior a

(i)-50,9x em 31/12/2017; (ii)63,1x em 30/06/2018; (iii)16,6x em 31/12/2018; (iv)14,6x em 30/06/2019; (v)10,4x em 31/12/2019; (vi)9,0x em 30/06/2020; (vii)7,0x em 31/12/2020; (viii)6,5x em 30/06/2021; (ix)5,8x em 31/12/2021; (x)5,8x em 30/06/2022; (xi)5,2x em 31/12/2022; (xii)5,0x em 30/06/2023; (xiii)4,3x em 31/12/2023; (xiv)4,6x em 30/06/2024; (xv)3,9x em 31/12/2024

(c) Limite Mínimo de Estoques e Recebíveis a ser mantido livre de qualquer Gravame, da dívida total da Companhia, existente nas datas de verificação, representada por determinados contratos e outros ACC's/ACE's sem garantias reais ou fidejussórias contratadas pela Companhia a partir da data da assinatura do Acordo Global.

Para fins o item (b), o eventual descumprimento do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Recorrente e Não Ajustado, em bases consolidadas, apurados em (i) 31 de dezembro de 2017, (ii) 30 de junho de 2018, e (iii) 31 de dezembro de 2018 não ensejará o vencimento antecipado dos Contratos Definitivos.

Com relação aos contratos de Venda de catodo de cobre pela Companhia à Glencore International AG e de Compra de concentrado de cobre pela Companhia da Glencore International AG, foram celebrados penhores mercantis de primeiro grau sobre o concentrado de cobre adquirido pela Companhia da Glencore International AG, bem como sobre a corrente de produtos advindos da transformação do concentrado de cobre (anodo e catodo).

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Captamos um financiamento de longo prazo em 2015 junto à FINEP no montante R\$22,7 milhões, do qual foi consumido 40% em 2015, sendo liquidado em 2018. Até o momento não consumimos o restante.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações significativas na demonstração consolidada de resultados, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e balanço patrimonial consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir.

h.1. Análise das Demonstrações do Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

[mil BRL]	2018	AV %	AH %	2019	AV %
Receita Líquida	4.765.777	100%	10%	5.227.641	100%
Mercado Interno (MI)	1.865.493	39%	16%	2.159.568	41%
Mercado Externo (ME)	2.840.027	60%	6%	3.015.578	58%
Transformação (MI)	60.257	1%	-13%	52.495	1%
Custo dos Produtos Vendidos	(4.495.172)	94%	-15%	(5.164.429)	99%
Lucro Bruto	270.605	6%	-77%	63.212	1%
% sobre Receitas	5,7%		-4,5 p.p.	1,2%	
Despesas com Vendas	(30.011)	1%	1%	(29.620)	1%
Despesas Gerais e Administrativas	(78.573)	2%	-10%	(86.581)	2%
Honorários da Administração	(7.601)	0%	-8%	(8.232)	0%
Participação dos Empregados	(29.467)	1%	73%	(7.938)	0%
Outras Operacionais, líquidas	(174.529)	4%	210%	191.513	-4%
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tribu	(49.576)	1%	347%	122.354	-2%
% sobre Receitas	-1,0%		3,4 p.p.	2,3%	
(+) Depreciações e Amortizações	148.197	-3%	-100%	0	0%
EBITDA	98.621	-2%	24%	122.354	-2%
Resultado Financeiro	(394.388)	8%	116%	64.140	-1%
Receitas Financeiras	822.650	-17%	-6%	770.885	-15%
Despesas Financeiras	(1.217.038)	26%	42%	(706.745)	14%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(443.964)	9%	142%	186.494	-4%
% sobre Receitas	-9,3%		12,9 p.p.	3,6%	
Impostos	120.591	-3%	-104%	(4.735)	0%
IR e CSLL - Corrente	(1.424)	0%	99%	(10)	0%
IR e CSLL - Diferido	122.015	-3%	-104%	(4.725)	0%
Prejuízo Líquido	(323.373)	7%	156%	181.759	-3%
% sobre Receitas	-6,8%		10,3 p.p.	3,5%	

Receita Líquida

A Receita Líquida Total somou R\$5.227,6 milhões em 2019 e R\$4.765,8 milhões em 2018, ou seja, houve um aumento a receita de 10% comparada ao ano anterior. Do total de receitas no ano, 42% foram oriundas do mercado interno (40% em 2018) e 58% do mercado externo (60% em 2018).

Em Cobre Primário, a Receita Líquida alcançou R\$1.308,9 em 2019, com redução de 14% comparada ao ano anterior.

Em Produtos de Cobre, a Receita Líquida alcançou e R\$3.236.6 milhões em 2019 30% maior que em 2018 (R\$ 2.499,2milhões). Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões alcançaram R\$683,1 milhões no ano, com redução de 13% comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os produtos de Vergalhões, Fios e Outros somaram R\$2.553,6 milhões no ano, com aumento de 26% comparado a 2018. Tais crescimentos podem ser explicados pela estratégia comercial de melhorar o mix de vendas, aumentando a participação de produtos que oferecem maior rentabilidade. No ano do total de receitas de produtos de cobre, 55% foram oriundas do mercado interno e 45% do mercado externo.

Em Coprodutos, a Receita Líquida atingiu R\$682,1 milhões em 2019, redução de 7% comparada ao ano anterior. Tal redução se deu por conta das perdas nas operações de Revert. Do total de receitas deste componente, 42% foram oriundas do mercado interno e 58% do mercado externo.

Custo Dos Produtos Vendidos

Os Custo dos Produtos Vendidos de 2019 atingiu o montante de R\$5.164,4 milhões (R\$4.495,2 milhões em 2018), ou seja, houve um aumento de 15% comparado ao ano anterior, 5% maior que o aumento da receita líquida. O custo dos produtos vendidos representou 99% das receitas líquidas em 2019 (94% em 2018).

O Custo do Metal em Reais aumentou 15% no ano, totalizando R\$4.567,5 milhões, quando comparado com R\$3.970,3 milhões em 2019, resultado do aumento do volume de venda e preço do metal em reais no período.

O Custo de Transformação apresentou aumento de 14% no ano de 2019 comparado a 2018, atingindo R\$596,9 milhões e R\$524,9 milhões respectivamente, acompanhando o aumento da receita de vendas.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto atingiu R\$63,2 milhões em 2019, 77% inferior ao ano anterior, R\$270,6 milhões em 2018, impactado principalmente pela operação de Revert, consumo de soda caustica, além do volume reduzido devido a Manutenção programada da fábrica.

Despesas/Receitas Operacionais

As Despesas/Receitas operacionais líquidas atingiram no ano de 2019 uma receita de R\$59,1 milhões, contra uma despesa registrada no ano de 2018 no montante de R\$320,2 milhões, decorrente principalmente de outras despesas operacionais.

a) Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no ano tiveram uma redução de 1% comparadas ao ano anterior, atingindo o montante de R\$29,6 milhões em 2019 face a R\$30,0 milhões em 2018.

b) Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas atingiram R\$86,6 milhões em 2019 e R\$78,6 milhões em 2018, 10% de aumento, igualmente impactadas pelas ações de redução da estrutura organizacional e gastos.

c) Honorários da Administração

Os honorários da Administração atingiram R\$8,2 milhões em 2019 e R\$7,6 milhões em 2018, variação de 8%.

d) Participação dos Empregados

A Participação dos Empregados apresentou redução de 73% no ano de 2019 atingindo R\$7,9 milhões, quando comparado ao ano de 2018 de R\$29,6 milhões, em função da reversão de provisão de Incentivo de Longo Prazo (ILP) de resultados passados.

e) Outras Despesas Operacionais, líquidas

As outras operacionais líquidas somaram receita de R\$191,5 milhões em 2019 contra uma despesa de R\$174,6 milhões em 2018, variação explicada principalmente pelo reconhecimento de crédito de impostos referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Da Cofins.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido no ano foi de R\$64,1 milhões positivo contra R\$394,4 milhões negativo no resultado de 2018.

As despesas de juros líquidas de receitas ficou positivo em R\$104,2 milhões, um aumento de R\$286,8 milhões em relação ao ano 2018, impactado principalmente pelo reconhecimento da atualização Selic do crédito tributário de ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins.

O resultado com variação cambial líquida acumulada no ano de 2019, apresentou uma redução de R\$170,7 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2018, sendo R\$40,1 milhões em 2019 e R\$211,8 milhões em 2017.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A apuração de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido em 2019 foi de R\$211,7 milhões negativo contra um resultado positivo de R\$120,6 milhões em 2018, principalmente decorrente de provisão para perda no valor de R\$206,8 decorrente das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

Resultado Líquido

A Companhia apresentou resultado líquido negativo no ano de 2019 no montante de R\$25,1 milhões contra um prejuízo de R\$323,4 milhões em 2018. Os principais itens não recorrente do exercício foram o reconhecimento dos créditos tributários referente ao ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS que totalizou R\$702,8 milhões e o impairment do Imposto de Renda diferido no valor de R\$206,8 milhões.

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

[mil BRL]	2018	AV %	AH %	2019	AV %
Ativo					
Ativo circulante	2.787.160	60%	-43%	1.580.500	41%
Caixa e Equivalentes de Caixa	216.668	5%	-46%	118.036	3%
Aplicações Financeiras	28.791	1%	-59%	11.717	0%
Banco Conta Vinculada	0	0%	n.a.	0	0%
Contas a receber de clientes	665.589	14%	-69%	203.616	5%
Estoques	1.626.575	35%	-38%	1.014.982	26%
Impostos e Contribuições a Recuperar	101.742	2%	54%	157.006	4%
Outros Ativos Circulantes	7.693	0%	524%	48.000	1%
Instrumentos Financeiros Derivativos	129.313	3%	-87%	16.670	0%
Despesas Antecipadas	10.789	0%	-3%	10.473	0%
Ativo não circulante	1.836.334	40%	23%	2.266.129	59%
Aplicações Financeiras	16.765	0%	n.a.	13.312	0%
Contas a receber de clientes	1.096	0%	n.a.	0	0%
Impostos e Contribuições a Recuperar	122.400	3%	473%	701.659	18%
Ativos mantidos para venda	112.745	2%	-1%	111.987	3%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	177.395	4%	-94%	11.343	0%
Depósitos de Demandas Judiciais	32.309	1%	-15%	27.498	1%
Outros Ativos Não Circulantes	83.953	2%	14%	95.721	2%
Despesas Antecipadas	9.669	0%	-42%	5.653	0%
Outros Investimentos	2.327	0%	4%	2.418	0%
Ativo Imobilizado	1.267.510	27%	1%	1.286.475	33%
Ativo intangível	10.165	0%	-1%	10.063	0%
Total do Ativo	4.623.494	100%	-17%	3.846.629	100%
Passivo					
Passivo circulante	1.829.754	40%	-27%	1.343.695	35%
Fornecedores Local	82.481	2%	68%	138.472	4%
Fornecedores	1.175.506	25%	-70%	357.026	9%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	66.914	1%	28%	85.641	2%
Empréstimos e Financiamentos	131.829	3%	331%	568.009	15%
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.449	1%	87%	49.381	1%
Salários e encargos sociais	60.061	1%	-15%	50.881	1%
Impostos e contribuições a recolher	9.715	0%	28%	12.448	0%
Imposto de renda do exercício corrente	1.424	0%	-100%	7	0%
Dividendos a pagar	26.274	1%	-99%	172	0%
Adiantamentos de Clientes	193.122	4%	-94%	11.097	0%
Outros passivos circulantes	55.979	1%	26%	70.561	2%
Passivo não circulante	2.191.243	47%	-14%	1.880.371	49%
Fornecedores	0	0%	n.a.	77	0%
Empréstimos e Financiamentos	2.017.084	44%	-19%	1.642.876	43%
Impostos e contribuições a recolher	0	0%	n.a.	0	0%
Provisão para demandas judiciais	174.159	4%	10%	191.910	5%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0%	n.a.	45.508	1%
Outros passivos não circulantes	0	0%	n.a.	0	0%
Patrimônio líquido	602.497	13%	3%	621.396	16%
Capital social	1.990.708	43%	1%	2.009.070	52%
Debêntures Conversíveis em ação	104.645	2%	-18%	86.283	2%
Custo de Capitalização	(5.375)	0%	0%	(5.375)	0%
Reservas de Reavaliação	206.438	4%	-4%	198.264	5%
Reservas de lucros	0	0%	n.a.	0	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(967.928)	-21%	-5%	(923.954)	-24%
Ações em Tesouraria	(741)	0%	0%	(741)	0%
Prejuízos Acumulados	(725.250)	-16%	2%	(742.151)	-19%
Participação de acionistas não controladores	0	0%	n.a.	0	0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.623.494	100%	-17%	3.845.462	100%

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Ativo Circulante

O Ativo Circulante totalizou R\$1.5805 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 43% em relação aos R\$2.787,2 milhões de 31 de dezembro de 2018, com resultado dos efeitos detalhados abaixo.

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2019 representou 41% do Ativo Total, comparado com 60% em 2018.

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo

No fechamento do ano de 2019, a Companhia apresentou Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$129,8 milhões, uma redução de 52% em comparação ao ano anterior, quando foi registrado R\$245,5 milhões.

Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber totalizaram R\$203,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, valor 69% inferior aos R\$665,6 milhões registrados no fim do ano anterior, principalmente em função de cessão de créditos realizadas.

Estoques

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de hedge de estoques, as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela taxa de câmbio do fechamento do mês.

Em 31 de dezembro de 2019, os Estoques reduziram 38%, passando de R\$1.626,6 milhões em 2018 para R\$1.015,0 milhões em 2019, motivado principalmente pela parada de manutenção programada no final do exercício.

Impostos e Tributos a Recuperar

O saldo de impostos e tributos a recuperar variou 54%, para R157,0 milhões em 2019, de R\$101,7 milhões em 2018, substancialmente em decorrência de reconhecimento de créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2019 representou 59% do Ativo Total, comparado com 40% em 2017.

O Ativo Não Circulante totalizou R\$2.266.1 milhões em 31 de dezembro de 2019 comparado com R\$1.836,3 milhões em 2018, houve um aumento de 23% em relação ao ano anterior, principalmente em:

Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

Redução de 94% em relação ao ano anterior, de R\$177,4 milhões em 2018 para R\$11,3 milhões em 2019, principalmente decorrente de provisão para perda no valor de R\$206,8 decorrente das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros.

Os impostos a recuperar não circulante

O Aumento de R\$579,3 milhões, de R\$122,4 milhões em 2018 para R\$701,7 milhões em 2019, substancialmente em decorrência de reconhecimento de créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2019, o Imobilizado e Intangível totalizou R\$1.296,6 milhões, aumento de 1,5% em relação a 31 de dezembro de 2018 quando o montante registrado foi de R\$1.277,7 milhões, devido principalmente à depreciação/amortização no período acrescido da entrada de novos projetos.

Ativo Mantidos para Venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$112,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$112,7 milhões em 31 de dezembro de 2018), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. A Companhia tem intensificado suas ações para monetização dos referidos imóveis, pois são parte do plano da Companhia para readequação de sua estrutura de capital.

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Passivo Circulante

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$1.343,7 milhões, 27% abaixo dos R\$1.829,8 milhões de 31 de dezembro de 2018, redução de R\$486,1 milhões principalmente pela redução nos fornecedores alinhado com a redução nos estoques.

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2019 representou 34% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 40% em 2018.

Fornecedores e Operações com Forfait e Cartas de Crédito

Fornecedores totalizaram R\$495,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$762,5 milhões em comparação com o ano de 2018, R\$1.258,0 milhões, e aumento de R\$18,7 milhões em Operações com Forfaiting e Carta de Crédito que em 2018 totalizavam R\$85,6 milhões, contra R\$66,9 milhões de 2019.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o total de empréstimos e financiamento era de R\$568,0 e em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$131,8 milhões. Esse aumento refere-se as parcelas transferidas de longo prazo para curto prazo.

Impostos e Contribuições a Recolher

A rubrica Impostos e Contribuições a Recolher totalizou R\$12,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de R\$1,3 milhões contra um saldo de R\$11,1 milhões no final de 31 de dezembro 2018.

Outras Contas a Pagar

A rubrica de Outras Contas a Pagar totalizou R\$70,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 26%, contra o saldo de R\$56,0 milhões no final de 31 de dezembro 2018, e neste grupo temos registrados valores a pagar correspondentes a:

- i) Provisões Diversas, tais como R\$5,8 milhões referente gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré,
- ii) Provisão de serviços de honorários advocatícios de R\$8,2 milhões;
- iii) Comissões sobre vendas de R\$8,7 milhões.
- IV) Provisões de CAPEX de R\$25,2 milhões

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante teve redução de 16%, atingindo R\$1.834,9 milhões ao final de 2019 comparado com R\$2.191,2 milhões de 2018.

O Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2019 representou 46% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, reduzindo 1 p.p. em relação a 2018, 47%.

Provisão para Contingências

As Provisões para Contingências aumentaram em 10%, atingindo R\$191,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 contra R\$174,1 milhões no final do ano anterior, devido principalmente ao aumento das causas trabalhistas.

Patrimônio Líquido

Encerramos 2019 com Patrimônio Líquido de R\$621,4 milhões, 3% maior que os R\$602,5 milhões registrado no final de 2018.

Análise do Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Fluxos de Caixa (em milhões de R\$, exceto percentuais)	2018	AH R\$	AH %	2019
Caixa Líquido Atividades Operacionais	261.830	(32.129)	-12%	229.701
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(190.402)	41.831	22%	(148.571)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(200.311)	20.549	10%	(179.762)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(128.883)	30.251	23%	(98.632)

As Atividades Operacionais resultaram em R\$229,7 milhões, decorrente principalmente de antecipação dos contas a receber R\$471,0 milhões e diminuição proveniente das operações com fornecedores envolvendo também os estoques com saídas de R\$141,3 milhões em 2019, enquanto em 2018 as Atividades Operacionais resultaram em R\$261.8 milhões, decorrente principalmente de (i) ingresso de recursos provenientes das operações com fornecedores em R\$476,3 milhões, (ii) aplicação de recursos do caixa nos instrumentos financeiros no valor de R\$164,3 milhões em 2018.

Nas Atividades de Investimentos, houve redução de R\$28,9 na aplicação de recursos em adições de imobilizado, sendo R\$169,0 milhões de 31 de dezembro de 2019 contra R\$197,9 milhões em 2018, e houve resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras em 2019, que totalizou R\$20,5 milhões de ingresso, enquanto que para o mesmo período de 2018 o resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras totalizou R\$7,5 milhões de ingresso.

As atividades de financiamentos, decorrente de amortização de empréstimos e encargos financeiros e contratação de novos empréstimos no ano de 2019 foi de R\$142,8 milhões, enquanto no mesmo período de 2018 o montante foi de R\$ 200,3 milhões.

h.2. Análise das Demonstrações do Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

[mil BRL]	2017	AV %	AH %	2018	AV %
Receita Líquida	3.508.460	100%	36%	4.765.777	100%
Mercado Interno (MI)	1.505.602	43%	24%	1.865.493	39%
Mercado Externo (ME)	1.954.771	56%	45%	2.840.027	60%
Transformação (MI)	48.087	1%	25%	60.257	1%
Custo dos Produtos Vendidos	(3.263.895)	93%	-38%	(4.495.172)	94%
Lucro Bruto	244.565	7%	11%	270.605	6%
% sobre Receitas	7,0%		-1,3 p.p.	5,7%	
Despesas com Vendas	(28.072)	1%	-7%	(30.011)	1%
Despesas Gerais e Administrativas	(68.772)	2%	-14%	(78.573)	2%
Honorários da Administração	(7.398)	0%	-3%	(7.601)	0%
Participação dos Empregados	(22.918)	1%	-29%	(29.467)	1%
Outras Operacionais, líquidas	(458.683)	13%	62%	(174.529)	4%
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tribut	(341.278)	10%	85%	(49.576)	1%
% sobre Receitas	-9,7%		8,7 p.p.	-1,0%	
(+) Depreciações e Amortizações	126.573	-4%	17%	148.197	-3%
EBITDA	(214.705)	6%	146%	98.621	-2%
Resultado Financeiro	(187.810)	5%	-110%	(394.388)	8%
Receitas Financeiras	499.778	-14%	65%	822.650	-17%
Despesas Financeiras	(687.588)	20%	-77%	(1.217.038)	26%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(529.088)	15%	16%	(443.964)	9%
% sobre Receitas	-15,1%		5,8 p.p.	-9,3%	
Impostos	393.318	-11%	-69%	120.591	-3%
IR e CSLL - Corrente	- 4.628,00	0%	69%	(1.424)	0%
IR e CSLL - Diferido	397.946	-11%	-69%	122.015	-3%
Prejuízo Líquido	(135.770)	4%	-138%	(323.373)	7%
% sobre Receitas	-3,9%		-2,9 p.p.	-6,8%	

Receita Líquida

A Receita Líquida Total somou R\$4.765,8 milhões em 2018 e R\$3.508,5 milhões em 2017, ou seja, houve um aumento a receita de 36% comparada ao ano anterior. Do total de receitas no ano, 40% foram oriundas do mercado interno (44% em 2017) e 60% do mercado externo (56% em 2017).

Em Cobre Primário, a Receita Líquida alcançou R\$1.530,6 milhões em 2018, com aumento de 24% comparada ao ano anterior em função da maior disponibilidade da planta e consequentemente maior volume de produção de catodos além do maior preço médio ao longo de 2018.

Em Produtos de Cobre, a Receita Líquida alcançou e R\$2.499,2 milhões em 2018, 37% maior que em 2017 (R\$ 1.822,4 milhões). Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões alcançaram R\$783,6 milhões no ano, com crescimento de 15% comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os produtos de Vergalhões, Fios e Outros somaram R\$1.715,6 milhões no ano, com aumento de 50% comparado a 2017. Tais crescimentos podem ser explicados pela estratégia comercial de melhorar o mix de vendas,

aumentando a participação de produtos que oferecem maior rentabilidade. No ano do total de receitas de produtos de cobre, 60% foram oriundas do mercado interno e 40% do mercado externo.

Em Coprodutos, a Receita Líquida atingiu R\$736,1 milhões em 2018, aumento de 63% comparada ao ano anterior. Tal evolução se deu por conta do aumento dos preços de ácido sulfúrico nos mercados internacionais, além de algumas vendas spot de Revert e da maior concentração de ouro nas vendas de Lama Anódica. Do total de receitas deste componente, 26% foram oriundas do mercado interno e 74% do mercado externo.

Custo Dos Produtos Vendidos

Os Custo dos Produtos Vendidos de 2018 atingiu o montante de R\$4.495,2 milhões (R\$3.263,9 milhões em 2017), ou seja, houve um aumento de 37% comparado ao ano anterior, acompanhando o aumento da receita líquida. O custo dos produtos vendidos representou 94% das receitas líquidas em 2018 (93% em 2017).

O Custo do Metal em Reais aumentou 40% no ano, totalizando R\$3.970,3 milhões, quando comparado com R\$2.821,2 milhões em 2017, resultado do aumento do volume de venda e preço do metal em reais no período.

O Custo de Transformação apresentou aumento de 19% no ano de 2018 comparado a 2017, atingindo R\$524,9 milhões e R\$442,7 milhões respectivamente, acompanhando o aumento da receita de vendas.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto atingiu R\$270,6 milhões em 2018, 11% superior ao ano anterior, R\$244,6 milhões em 2017, principalmente por conta do aumento da participação de produtos de cobre sobre o volume de vendas total (melhoria de mix), da alta dos prêmios dos coprodutos e de Barras, Arames, Tubos e Laminados e da valorização do dólar no período. A Margem Bruta no ano foi de 6% em 2018 contra 7% em 2017.

Despesas Operacionais

As Despesas Totais atingiram no ano de 2018 R\$336,1 milhões, uma redução de 43% comparado a 2017, onde o montante registrado foi de R\$585,8 milhões. Em 2018, as Despesas Operacionais Totais em relação à Receita Líquida apresentaram queda de 10 p.p. (de 17% em 2017 para 7% em 2018), decorrente principalmente de outras despesas operacionais.

a) Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no ano, tiveram um aumento de 7% comparadas ao ano anterior, atingindo o montante de R\$30,0 milhões em 2018 face a R\$28,1 milhões em 2017.

b) Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas atingiram R\$78,6 milhões em 2018 e R\$68,7 milhões em 2017, 12% de aumento, igualmente impactadas pelas ações de redução da estrutura organizacional e gastos.

c) Honorários da Administração

Os honorários da Administração atingiram R\$7,6 milhões em 2018 e R\$7,4 milhões em 2017, variação de 3%.

d) Participação dos Empregados

A Participação dos Empregados apresentou aumento de 29% no ano de 2018 atingindo R\$29,5 milhões, quando comparado ao ano de 2017 de R\$22,9 milhões, em função da provisão de Incentivo de Longo Prazo (ILP) de resultados passados.

e) Outras Despesas Operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas somaram R\$190,4 milhões em 2018 e R\$458,7 milhões em 2017, redução de R\$268,2 milhões, explicado principalmente pelo aumento significativo no ano de 2017, nas provisões de contingências decorrente da adesão ao PERT, R\$186,8 milhões, para quitação de passivo contingente tributário.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido no ano foi de R\$378,5 milhões negativo, R\$190,7 milhões maior do que o resultado de 2017, quando atingiu R\$187,8 milhões.

As despesas de juros líquidas de receitas ficaram estáveis, sendo R\$146,7 milhões no ano de 2018 contra R\$146,5 milhões no ano de 2017.

O resultado com variação cambial, variação monetária e ajuste a valor presente líquido acumulado no ano de 2018 apresentou um aumento de R\$181,6 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2017, sendo R\$197,8 milhões em 2018 e R\$16,2 milhões em 2017, impactado principalmente pela variação do dólar.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A apuração de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido teve uma queda de 69%, ou R\$272,8 milhões, de R\$393,3 milhões positivo em 2017 para R\$120,6 milhões em 2018, principalmente decorrente da reversão da provisão para perda em 2017, de créditos diferidos de Imposto de Renda que estavam sendo acumulados desde o segundo trimestre de 2016 por conta das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros e a necessidade de uma reestruturação financeira.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

Resultado Líquido

Apesar dos baixos volumes de produção, a Companhia reduziu seu prejuízo em 64% em relação ao ano anterior. Em 2017 o prejuízo líquido foi de R\$135,8 milhões contra um prejuízo líquido de R\$373,2 milhões em 2016, decorrente dos esforços da administração na contenção de custos e despesas e da recuperação dos créditos fiscais, fruto da bem-sucedida reestruturação financeira.

No acumulado do ano, os impactos não monetários da variação cambial sobre as dívidas de longo prazo totalizaram R\$231,2 milhões, e levaram a um prejuízo líquido de R\$323,4 milhões, um aumento do prejuízo em 138% em relação ao ano anterior que foi de R\$135,8 milhões.

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

[mil BRL]	2017	AV %	AH %	2018	AV %
Ativo					
Ativo circulante	2.493.482	59%	12%	2.787.160	60%
Caixa e Equivalentes de Caixa	345.551	8%	-37%	216.668	5%
Aplicações Financeiras	38.453	1%	-25%	28.791	1%
Banco Conta Vinculada	-	0%	n.a.	-	0%
Contas a receber de clientes	371.384	9%	79%	665.589	14%
Estoques	1.546.971	37%	5%	1.626.575	35%
Impostos e Contribuições a Recuperar	88.629	2%	15%	101.742	2%
Outros Ativos Circulantes	6.850	0%	12%	7.693	0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	85.591	2%	51%	129.313	3%
Despesas Antecipadas	10.053	0%	7%	10.789	0%
Ativo não circulante	1.718.009	41%	7%	1.836.334	40%
Aplicações Financeiras	14.632	0%	15%	16.765	0%
Contas a receber de clientes	17.895	0%	-94%	1.096	0%
Impostos e Contribuições a Recuperar	112.756	3%	9%	122.400	3%
Ativos mantidos para venda	111.548	3%	1%	112.745	2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.381	1%	220%	177.395	4%
Depósitos de Demandas Judiciais	28.248	1%	14%	32.309	1%
Outros Ativos Não Circulantes	81.544	2%	3%	83.953	2%
Despesas Antecipadas	12.720	0%	-24%	9.669	0%
Outros Investimentos	2.250	0%	3%	2.327	0%
Ativo Imobilizado	1.274.584	30%	-1%	1.267.510	27%
Ativo intangível	6.451	0%	58%	10.165	0%
Total do Ativo	4.211.491	100%	10%	4.623.494	100%

Passivo					
Passivo circulante	1.328.981	32%	38%	1.829.754	40%
Fornecedores Local	85.874	2%	-4%	82.481	2%
Fornecedores	715.329	17%	64%	1.175.506	25%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	41.819	1%	60%	66.914	1%
Empréstimos e Financiamentos	120.977	3%	9%	131.829	3%
Instrumentos Financeiros Derivativos	183.670	4%	-86%	26.449	1%
Salários e encargos sociais	49.767	1%	21%	60.061	1%
Impostos e contribuições a recolher	25.827	1%	-62%	9.715	0%
Imposto de renda do exercício corrente	0	0%	n.a.	1.424	0%
Dividendos a pagar	24.429	1%	8%	26.274	1%
Adiantamentos de Clientes	37.520	1%	415%	193.122	4%
Outros passivos circulantes	43.769	1%	28%	55.979	1%
Passivo não circulante	1.993.988	47%	10%	2.191.243	47%
Fornecedores	604	0%	n.a.	0	0%
Empréstimos e Financiamentos	1.807.001	43%	12%	2.017.084	44%
Impostos e contribuições a recolher	178	0%	n.a.	0	0%
Provisão para demandas judiciais	186.205	4%	-6%	174.159	4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	0%	n.a.	-	0%
Outros passivos não circulantes	0	0%	n.a.	0	0%
Patrimônio líquido	888.522	21%	-32%	602.497	13%
Capital social	1.979.376	47%	0%	1.985.333	43%
Debêntures Conversíveis em ação	110.602	3%	-5%	104.645	2%
Reservas de Reavaliação	218.917	5%	-6%	206.438	4%
Reservas de lucros	0	0%	n.a.	0	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.005.276)	-24%	-4%	(967.928)	-21%
Ações em Tesouraria	(741)	0%	0%	(741)	0%
Prejuízos Acumulados	(414.356)	-10%	75%	(725.250)	-16%
Participação de acionistas não controladores		0%	n.a.		0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.211.491	100%	10%	4.623.494	100%

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Ativo Circulante

O Ativo Circulante totalizou R\$2.787,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 12% em relação aos R\$2.493,5 milhões de 31 de dezembro de 2017, com resultado dos efeitos detalhados abaixo.

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 60% do Ativo Total, comparado com 59% em 2017.

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo

No fechamento do ano de 2018, a Companhia apresentou Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$245,5 milhões, uma redução de 37% em comparação ao ano anterior, quando foi registrado R\$384,0 milhões.

Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber totalizaram R\$665,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, valor 79% superior aos R\$371,3 milhões registrados no fim do ano anterior, principalmente em função do aumento da receita líquida.

Estoques

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de hedge de estoques, as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela taxa de câmbio do fechamento do mês.

Em 31 de dezembro de 2018, os Estoques ficaram estáveis, com um aumento de 5%, passando de R\$1.547,0 milhões em 2017 para R\$1.626,6 milhões em 2018.

Impostos e Tributos a Recuperar

O saldo de impostos e tributos a recuperar variou 15%, para R\$101,7 milhões em 2018, de R\$88,6 milhões em 2017, substancialmente em decorrência de reconhecimento de créditos, do período de março de 2017 a fevereiro de 2018, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 40% do Ativo Total, comparado com 41% em 2017.

O Ativo Não Circulante totalizou R\$1.836,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$1.718,0 milhões em 2017, houve um aumento de 7% em relação ao ano anterior, principalmente em:

Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

Aumento de R\$122,0 milhões, de R\$55,4 milhões de 2017 para R\$177,4 milhões em 2018, explicado pelo aumento do prejuízo fiscal no período.

Os impostos a recuperar não circulante

O Aumento de R\$9,6 milhões, de R\$112,8 milhões em 2017 para R\$122,4 milhões em 2018, explicado pela reversão da provisão para perda referente ao ICMS, no montante de R\$7,9 milhões, em função das medidas tomadas para a utilização do crédito.

Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2018, o Imobilizado e Intangível totalizou R\$1.277,7 milhões, queda de 0,3% em relação a 31 de dezembro de 2017, quando o montante registado foi de R\$1.281,0 milhões, devido principalmente à depreciação/amortização no período acrescido da entrada de novos projetos.

Ativo Mantidos para Venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$112.745 em 31 de dezembro de 2018 (R\$111.548 em 31 de dezembro de 2017), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Passivo Circulante

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$1.829,8 milhões, 38% acima dos R\$1.329,0 milhões de 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$500,8 milhões principalmente pelo aumento nos fornecedores:

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 40% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 32% em 2017.

Fornecedores e Operações com Forfait e Cartas de Crédito

Fornecedores totalizaram R\$1.296,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$456,8 milhões em comparação com o ano de 2017, R\$801,2 milhões, e aumento de R\$25,1 milhões em Operações com Forfaiting e Carta de Crédito que em 2018 totalizavam R\$66,9 milhões, 60% menor do que R\$41,8 milhões de 2017.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o total de empréstimos e financiamento era de R\$131,8, 9% maior em comparação ao mesmo período de 2017 que totaliza no passivo circulante R\$121,0 milhões.

Impostos e Contribuições a Recolher

A rubrica Impostos e Contribuições a Recolher totalizou R\$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 62% contra um saldo de R\$25,8 milhões no final de 31 de dezembro 2017, principalmente pela geração de saldo credor na apuração do PIS e da COFINS.

Outras Contas a Pagar

A rubrica de Outras Contas a Pagar totalizou R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 28%, contra o saldo de R\$43,8 milhões no final de 31 de dezembro 2017, e neste grupo temos registrados valores a pagar correspondentes a:

- i) Provisões Diversas, tais como R\$6,1 milhões referente gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré,
- ii) Provisão de serviços de honorários advocatícios de R\$9,7 milhões;
- iii) Comissões sobre vendas R\$9,7 milhões.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante teve aumento de 10%, atingindo R\$2.191,2 milhões ao final de 2018 comparado com R\$1.994,0 milhões de 2017.

O Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 47% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, mantendo o mesmo nível de 2017.

Provisão para Contingências

As Provisões para Contingências reduziram em 4%, atingindo R\$174,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 contra R\$186,2 milhões no final do ano anterior, devido principalmente a diminuição e acordos das causas trabalhistas.

Patrimônio Líquido

Encerramos 2018 com Patrimônio Líquido de R\$602,5 milhões, 32% menor que os R\$888,5 milhões registrado no final de 2017, em função do prejuízo acumulado no período.

Análise do Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Fluxos de Caixa (em milhões de R\$, exceto percentuais)	2017	AH %	2018
Caixa Líquido Atividades Operacionais	113.646	130%	261.830
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(42.194)	-351%	(190.402)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	131.275	-253%	(200.311)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	202.727	-164%	(128.883)

As Atividades Operacionais resultaram em R\$261.8 milhões, decorrente principalmente de (i) ingresso de recursos provenientes das operações com fornecedores em R\$468,3 milhões em 2018 enquanto em 2017 foram operações no valor de R\$640,1 milhões, (ii) aplicação de recursos do caixa nos instrumentos financeiros no valor de R\$164,3 milhões em 2018, enquanto, em 2017 houve uma geração de caixa nos instrumentos financeiros de R\$15,1 milhões e (iii) quitações das obrigações com clientes que em 2018 totalizaram R\$134,3 milhões comparado com ingresso de recursos líquidos nas operações com clientes, contas a receber mais adiantamentos de clientes, no valor de R\$130,0 milhões em 2017.

Nas Atividades de Investimentos, houve um aumento de R\$91,7 na aplicação de recursos em adições de imobilizado, sendo R\$197,9 milhões de 31 de dezembro de 2018 contra R\$106,2 milhões em 2017, e houve resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras em 2018, que totalizou R\$7,5 milhões de ingresso, enquanto que para o mesmo período de 2017 o resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras totalizou R\$40,9 milhões de ingresso.

As atividades de financiamentos, decorrente de amortização de empréstimos e encargos financeiros e contratação de novos empréstimos no ano de 2018, houve redução líquida de caixa de R\$200,3 milhões, enquanto no mesmo período de 2017 houve uma redução de R\$ 215,7 milhões. Houve ainda em 2017 a entrada de recursos na ordem de R\$347,0 referente ao aporte de capital. Em 2017, o não ingresso de novos empréstimos se deve ao cenário de redução dos limites de créditos com bancos no contexto de reperfilamento da dívida.

10.2 Resultado operacional e financeiro

A abertura dos volumes de vendas por tipo de produto e mercado destino encontra-se detalhado a seguir:

<i>Volume de vendas - em toneladas</i>	2017	2018	2018
Cobre Primário	59.614	57.246	54.933
Mercado Interno	15.078	8.729	8.377
Mercado Externo	43.850	48.481	46.003
Transformação	686	36	553
Produtos de Cobre	99.230	116.311	141.425
Vergalhões, Fios e outros	60.634	77.060	108.864
Mercado Interno	31.115	40.423	48.868
Mercado Externo	24.169	27.874	53.353
Transformação	5.350	8.763	6.643
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	38.596	39.251	32.561
Mercado Interno	17.534	15.414	16.345
Mercado Externo	10.414	11.514	6.910
Transformação	10.648	12.323	9.306
Volume de Vendas Total	158.844	173.557	196.358
<i>% da Produção Total</i>	<i>100,4%</i>	<i>97,6%</i>	<i>86,9%</i>
Coprodutos	652.651	658.196	605.856
Mercado Interno	651.960	633.161	585.314
Mercado Externo	691	25.035	20.542

A abertura da Receita Líquida por tipo de produto e mercado destino encontra-se detalhado a seguir:

<i>Receita Líquida (R\$ milhões)</i>	2017	2018	2019
Cobre Primário	1.235,5	1.530,6	1.308,9
<i>% das Receitas</i>	<i>35,2%</i>	<i>32,1%</i>	<i>25,0%</i>
Mercado Interno	337,2	229,1	198,5
Mercado Externo	898,3	1.301,5	1.109,8
Transformação	0,0	0,0	0,6
Produtos de Cobre	1.822,4	2.499,2	3.236,6
<i>% das Receitas</i>	<i>51,9%</i>	<i>52,4%</i>	<i>61,9%</i>
Vergalhões, Fios e outros	1.143,5	1.715,5	2.553,6
Mercado Interno	630,8	1.004,5	1.267,9
Mercado Externo	504,6	694,6	1.273,6
Transformação	8,2	16,4	12,1
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	678,8	783,6	683,1
Mercado Interno	416,1	442,6	468,1
Mercado Externo	222,9	297,2	175,1
Transformação	39,8	43,8	39,8
Coprodutos	450,5	736,1	682,1
<i>% das Receitas</i>	<i>12,8%</i>	<i>15,4%</i>	<i>13,0%</i>
Mercado Interno	121,5	188,1	194,0
Mercado Externo	329,0	547,9	488,1
Receita Líquida Total	3.508,5	4.765,8	5.227,6
Mercado Interno [%]	42,9%	39,1%	40,7%
Mercado Externo [%]	55,7%	59,6%	58,3%
Transformação [%]	1,4%	1,3%	1,0%

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

2019

O resultado líquido foi de R\$25,1 milhões negativo, representado por uma margem líquida sobre a receita de -0,5%, uma melhora de 6,3 p.p quando comparada com o ano de 2018. O resultado negativo apresentado no período foi impactado principalmente pela reversão do IR Diferido no valor de R\$206,8 milhões e pelo outro lado reconheceu R\$706,9 milhões decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado que questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

2018

O resultado líquido foi de R\$323,4 milhões negativo, representado por uma margem líquida sobre a receita de -6,8%, uma piora de 2,9 p.p quando comparada com o ano de 2017. Vale ressaltar que o resultado negativo apresentado no período refere-se aos impactos não monetários da variação cambial sobre as dívidas de longo prazo totalizaram R\$231,2 milhões.

2017

O resultado líquido foi de R\$135,7 milhões negativo, representado por uma margem líquida sobre a receita de -3,9%, uma melhora de 4,3 p.p quando comparada com o ano de 2016. Vale ressaltar que o resultado negativo apresentado no semestre foi impactado pela queda do volume de produção e consequentemente em uma ociosidade de R\$182,9 milhões.

Setor de Cobre

O uso global de cobre refinado em 2019 se manteve praticamente em linha com volumes gerais do ano de 2018, com leve crescimento de 0,3%, totalizando aproximadamente 24,25 milhões de toneladas. Para o ano de 2020 espera-se um crescimento mais expressivo, projetado em 1,7% para 25,0 milhões de toneladas. O ano de 2019 foi marcado por constantes oscilações entre momentos de otimismo e pessimismo, especialmente estimulados pela instabilidade política e temores de guerra comercial.

A produção de concentrados de cobre em 2019 apresentou redução estimada de 0,5%, o que comparado ao crescimento de 2,5% em 2018, representou limitações na cadeia de suprimentos para as fundições de cobre, pressionando preços e custos. Com a limitação na oferta de cobre e o forte consumo de cobre refinado, estima-se um déficit de 320.000 toneladas de cobre no mercado no ano, permitindo que o valor do cobre se mantivesse em altos patamares ao longo do ano de 2019, fechando o mês de Dezembro com uma média de US\$ 6.062,43.

O ano de 2019 teve como principal característica a instabilidade, com a constante ameaça de uma possível guerra comercial entre EUA e China, discussões sobre os impactos do BREXIT e a desaceleração da economia da Alemanha, mantendo os mercados em constante estado de alerta. O desempenho econômico global estimado do ano é de um crescimento de 2,4% no PIB mundial, sendo o ano de crescimento mais baixo desde a recuperação pós-crise global financeira, marcado por um fraco desempenho do comércio internacional e baixos níveis de investimento. A expectativa para 2020 é de uma manutenção nestes níveis de performance na economia global, com projeção de crescimento para o PIB de 2,5%.

O ano de 2020 apresenta-se como um ano repleto de desafios para a indústria do Cobre, com uma previsão de alta de 2,0% para o fornecimento de concentrado de cobre, porém com uma previsão ainda maior na produção de cobre refinado, estimada em 4,2%, mantendo as fundições de cobre em situação de concorrência por matéria-prima, com efeitos diretos na redução dos benchmarks de TC/RC, pressionando custos para os produtores. Este fator aliado à expectativa de baixo crescimento em 2020 colocam pressão adicional sobre toda a cadeia global de produção de cobre.

TC/RC

O benchmark do TC/RC para 2019 foi negociado a US\$80,8/t e 8,08 US\$ cents/lb, registrando queda de 1,8% com relação a 2018. Benchmarking TC/RC para 2020 a US\$ 62 e 6,2US\$ cents/lb

Cenário Brasileiro

No cenário nacional, havia uma grande expectativa de um movimento de recuperação da economia brasileira, estimulado pelo novo governo e nova bancada no Congresso, em especial pela ansiedade pelo início de um movimento reformista, iniciando-se pela tão discutida Reforma da Previdência. A realidade porém acabou demonstrando grandes dificuldades na implementação de uma nova política econômica e da agenda de reformas do Governo, que acabou por conseguir aprovar a Reforma da Previdência de forma reduzida e apenas no último trimestre do ano, frustrando as expectativas por uma rápida resolução e demonstrando dificuldades políticas para o novo governo em seu primeiro ano.

O desempenho da economia ao final do ano de 2019 mostrou crescimento tímido de 1,1%, de forma similar aos mesmos 1,1% desempenhados em 2018 frente 2017. Segundo o IBGE, a produção industrial encerrou 2019 com um crescimento tímido de 0,5%, refletindo o baixo ritmo de recuperação da economia nacional. Destaque positivo para a performance da Indústria da Construção com um PIB de 1,6%, acima da média nacional, refletindo em uma boa performance das vendas e clientes do segmento de Construção Civil, que tiveram um ano de 2019 com crescentes volumes. Destaques negativos para a Indústria de Transformação com um cenário praticamente estagnado com 0,1% de crescimento e para a Indústria Extrativa, com recessão de 1,1% frente ao desempenho de 2018.

O cenário de instabilidade internacional e os temores de uma guerra comercial entre EUA e China levaram o comércio internacional a registrar um ano de baixo crescimento, com apenas 1,2% comparado a 2018. Expectativas para os próximos anos são de uma recuperação nos fluxos mundiais de bens e serviços, variando de 2,0 a 2,5% ao ano para os próximos anos. Os impactos para o Brasil foram ainda mais expressivos, com uma redução de 2,5% no PIB da Exportação, o que comparado à um crescimento de 1,1% no PIB da Importação, reduzindo o superávit na balança comercial brasileira para US\$ 46,6 bilhões, o menor valor em 4 anos.

Apesar dos fatores negativos, a China continua sendo o principal driver no consumo mundial de cobre, tanto em termos de concentrado de cobre quanto para cátodos, mostrando demanda constante apesar dos sinais do soft landing econômico em andamento, o PIB Chinês para 2019 foi de 6,1%, ante 6,6% no ano de 2018. Os EUA continuam apresentando um forte ritmo de crescimento econômico, após um excelente ano de 2018 com 2,9%, o ano de 2019 continuou em alta, com 2,3%. As projeções indicam um crescimento de 5,6% e 2,0% para China e EUA respectivamente, números abaixo do crescimento nos anos de 2018 e 2019, porém ainda números considerados positivos e de continuada expansão na economia.

No longo prazo permanece a visão de expansão no consumo de cobre, estimulada por novas aplicações nos setores de veículos elétricos e energias renováveis e também pela expansão dos setores de transmissão e geração de energia e refrigeração. O constante equilíbrio entre oferta e demanda de cobre, apesar da expansão na capacidade de mineração e processamento de cobre reflete o crescente apetite mundial pelo uso do cobre em suas tradicionais aplicações, assim como no desenvolvimento de novas.

A Companhia permanece focada no reestabelecimento de sua capacidade de produção diante das manutenções realizadas na unidade de Dias D'Ávila em 2018 e 2019, assim como as programadas em 2020, otimizando a planta de Utinga e aumentando a eficiência e rentabilidade de suas operações, principalmente no mercado doméstico.

Mix de Produtos e de Mercados

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado à 31 de dezembro de 2018.

Como resposta a uma menor disponibilidade de matéria prima para a produção, o Volume de Vendas Total no ano de 2018 atingiu 196,4 mil toneladas, representando alta de 13% em comparação ao ano de 2017, com foco na estratégia de otimizar os recursos disponíveis em produtos de maior valor agregado, diminuindo a disponibilidade de Catodo e priorizando a venda de Fios e Vergalhões.

Em Cobre Primário, o aumento de 19% no ano na produção de cobre primário é decorrente do aumento da confiabilidade e desempenho do Smelter, mesmo afetada pela manutenção programada ocorrida no último trimestre de 2019. A Companhia comercializou 54,9 mil toneladas no ano de 2019, queda de 4% comparadas ao ano anterior. Do total das vendas deste componente no ano, 84% destinaram-se ao mercado externo e 16% ao mercado interno.

Em Produtos de Cobre, foi comercializado 141,4 mil toneladas no ano de 2019, aumento de 22% comparado ao ano de 2018, explicado em função da efetividade de estratégia comercial, com destaque para o melhor desempenho do volume de vendas de Vergalhões, Fios e Outros. Do total das vendas deste componente, 57% foram direcionadas para o mercado interno e 43% para o mercado externo.

Em Coprodutos, o volume de vendas atingiu 605,9 mil toneladas no ano de 2019, redução de 8% comparado ao ano de 2018.

O Volume de Produção total no ano de 2019 foi de 319,3 mil toneladas, crescimento de 19% em relação a 2018 com 268,1 mil toneladas. OEE médio (Nível de Eficiência da Planta) da unidade de Dias d'Ávila após a Manutenção Programada foi de aproximadamente 70%, confirmando a maior confiabilidade da planta industrial.

A produção de Cobre Primário acumulou 175,2 mil toneladas no ano, um aumento de 19% em relação ao ano anterior.

No caso de Produtos de Cobre, a produção foi de 143,9 mil toneladas, aumento de 19% em relação a 2018, principalmente impactada pela redução nas vendas de Vergalhões e Fios.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alteração no nosso segmento operacional no exercício de 2019;

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve alteração na participação societária no exercício de 2019;

c. eventos ou operações não usuais

ICMS da Base de Calculo do PIS e da Cofins - Decorre de valores objeto de decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo o trânsito em julgado de tais ações judiciais ocorrido em 28 de fevereiro de 2019, 25 de abril de 2019 e 17 de dezembro de 2019.

De acordo com o CPC 00 (R1), que trata da “Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro” (Reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis), um item deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro ocorra, o qual deve ter valor que possa ser mensurado com confiabilidade, ou seja, de forma completa, neutra e livre de erro.

A Companhia contratou uma consultoria especializada com a finalidade de apoiar na análise e quantificação dos valores envolvidos. Esta análise levou a Companhia a apurar um valor total de R\$724.493, sendo R\$413.874 de principal, classificado como outras receitas operacionais (R\$396.292 em 2019 e R\$17.582 em 2018), e R\$310.619 de atualização monetária classificado como receita financeira em 2019.

Imposto de Renda Diferido - A Companhia possui, no consolidado, prejuízos fiscais gerados no Brasil no valor de R\$1.310.282 (R\$1.346.803 em 31 de dezembro de 2018), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros. Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia constituiu uma perda estimada no montante de R\$206.834 sobre os ativos fiscais diferidos auferidos anteriormente.

Tal ajuste decorre das projeções em 2019, considerando o novo cenário econômico e de mercado, como por exemplo o aumento na taxa de câmbio e nos preços de metal, dentre outros desenvolvimentos atuais.

a. mudanças significativas nas práticas contábeis Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2019.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

a) Estrutura Conceitual: O IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros. As principais mudanças foram:

- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- definição de entidade;
- revisão das definições de ativo e passivo;
- remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
- inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as Demonstrações Financeiras da Companhia de forma relevante em 2020.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018

Novas normas, alterações e interpretações terão vigência a partir de janeiro de 2019. A Companhia analisou os potenciais impactos da adoção destas novas normas.

a) IFRS 16 (CPC 06R2) Operações de arrendamento mercantil – A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um direito de uso correspondente ao ativo subjacente. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17.

A Companhia adotará a norma na transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo objeto seja de baixo valor, mensurando o direito de uso do ativo de igual valor ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente, utilizando a taxa de custo médio ponderado de capital nacional, divulgado separadamente no Balanço Patrimonial. Na Demonstração do Fluxo de Caixa os arrendamentos, antes classificados como atividades operacionais, passarão a ser considerados como atividades de financiamentos.

Este pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2019, e a Companhia, com base nas revisões dos contratos, demonstra no quadro abaixo os valores envolvidos na adoção inicial.

Saldos dos contratos em 01 de janeiro de 2019	Direito de Uso do Ativo	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente do Passivo	Vigência até
Locação Aindame + Montagem e Desmontagem	1.763	1.887	124	fev-20
Locação Caminhão MuncK	502	535	33	jan-20
Locação Sala Comercial	1.177	1.480	303	mar-23
Locação de Empilhadeiras-BA	2.965	3.421	456	jul-21
Locação de Empilhadeiras-ES	118	151	33	ago-23
Locação de Empilhadeiras-RJ	435	502	67	jul-21
Locação de Empilhadeiras-SP	131	146	16	dez-20
Locação de Empilhadeiras-SP	4.211	5.384	1.172	jul-23
Locação de Guindastes-BA	910	978	68	mar-20
Locação de rádios de comunicação-BA	251	262	10	ago-19
Locação de veículos da Diretoria	585	680	96	set-21
Locação Plataformas Elevatórias-BA	715	772	57	abr-20
Locação de Equipos p/ movimentação Interna	20.947	24.591	3.644	nov-21
	34.710	40.789	6.079	

b) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o IAS - 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a nova interpretação IFRIC 23 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as demonstrações financeiras da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no relatório do auditor independente em relação às nossas demonstrações financeiras de 2017, 2018 e 2019, consolidadas e individuais.

2019

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela inclusão do assunto de "Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado", que mereceu maior foco em nossa auditoria e pela exclusão dos PAA's relacionado a "Operação Zelotes" e seus reflexos na Companhia, "ICMS a recuperar" e Contabilidade de hedge ("hedge accounting"), pois julgamos que entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança, esses não foram considerados como um dos mais significativos na auditoria do exercício corrente.

Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado (ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS)

Porque é um PAA

Conforme Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou créditos fiscais no montante de R\$ 724.493 mil, decorrentes de processos judiciais transitados em julgado em 2019, a favor da Companhia, relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações.

Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância dos valores envolvidos, do volume de operações que deram origem aos créditos e da existência de julgamento crítico da administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração e à realização do crédito tributário, amparada por opinião de assessores jurídicos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura das decisões e discutimos os critérios adotados pela administração para mensuração e reconhecimento dos créditos fiscais.
- Obtivemos os cálculos preparados pela Companhia, com auxílio de especialistas contratados pela administração, e testamos, por amostragem, a mensuração dos referidos créditos fiscais.
- Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre circulante e não circulante no balanço patrimonial.
- Confirmamos, em base de testes, a existência e procedência dos saldos de PIS e COFINS a recuperar com base em documentações suportes.
- Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
- Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Realização do imposto de renda diferido ativo

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 26.1 às demonstrações financeiras, em 2019, a administração da Companhia revisou as projeções de lucro tributável e efetuou baixa parcial do imposto de renda e contribuição social diferidos, ajustando o valor contábil de 31 de dezembro de 2019 para o novo montante provável de realização, limitado aos valores apurados nas projeções até o período de 10 anos.

Esse tema foi considerado como um principal assunto de auditoria, pois a análise de realização desses ativos envolve julgamentos significativos da administração para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Com o auxílio dos nossos especialistas em projeções, efetuamos o entendimento do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções de resultado, bem como a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também comparamos as estimativas efetuadas pela administração em anos anteriores com os resultados efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções futuras.
- Efetuamos análise de sensibilidade das projeções elaboradas pela administração, considerando diferentes intervalos e cenários de crescimento e taxas de desconto, entre outros.
- Avaliamos se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis suficientes para a utilização dos créditos fiscais diferidos.
- Testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.
- Efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração para a determinação dos créditos tributários acima referidos são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Reestruturação de dívidas

Porque é um PAA

Conforme notas 1 e 16 às demonstrações financeiras, em 2017 a Companhia realizou uma reestruturação de dívidas ao assinar o Contrato Global de dívida junto aos seus credores. Este contrato apresenta um fluxo de pagamento com valores relevantes de principal (R\$ 539.164 mil) ao longo de 2020. Com o objetivo de preservar a contínua capacidade de investimento e geração de caixa operacional, bem como sua estrutura de liquidez, a Companhia está atualmente buscando junto com os principais financiadores uma nova equalização do perfil da sua dívida através da renegociação do fluxo e das condições gerais do referido Contrato Global.

Adicionalmente, o referido contrato possui cláusulas restritivas (covenants financeiros e não financeiros), que deverão ser cumpridas pela Companhia durante sua vigência, sob pena de os credores exigirem a liquidação antecipada da dívida.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos.

Nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Com o auxílio dos nossos especialistas em projeções, efetuamos o entendimento do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções de resultado, bem como a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também comparamos as estimativas efetuadas pela administração em anos anteriores com os resultados

efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções futuras.

- Efetuamos análise de sensibilidade das projeções elaboradas pela administração, considerando diferentes intervalos e cenários de crescimento e taxas de desconto, entre outros.
- Efetuamos recálculo dos índices financeiros monitorados pela administração para acompanhamento do cumprimento dos covenants.
- Discussão com a administração e com os órgãos de governança das projeções para o negócio e entendimento do atual estágio das renegociações em andamento.
- Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Processos judiciais e contingências

Porque é um PAA

Conforme nota 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R\$ 191.910 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes relevantes divulgados com destaque para as ações sobre o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre o segundo procedimento arbitral em andamento advindo de Contrato de Abertura de Crédito com determinadas instituições financeiras.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os prognósticos de perda, valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Diante do exposto, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Com o apoio de especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, efetuamos leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia.
- Obtivemos confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas disponíveis.

- Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a administração para discutir e avaliar suas conclusões sobre os impactos de adoção inicial da Interpretação ICPC 22 /IFRIC 23
- Para os processos de maior relevância, obtivemos opiniões de outros assessores jurídicos externos com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotados pelos assessores jurídicos da Companhia.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International

Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

2018

O relatório do auditor independente apresentou os seguintes parágrafos de Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação

de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

"Operação Zelotes" e seus reflexos na Companhia (Nota 01)

Porque é um PAA

Em conexão com a investigação deflagrada pela Polícia Federal, no contexto da denominada "Operação Zelotes" que versa sobre esquema de corrupção no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF), a Companhia foi citada em notícias veiculadas na mídia. O Conselho de Administração da Companhia determinou a instauração de uma investigação interna com a supervisão direta do Comitê de Auditoria e que também contou com o apoio de assessores externos especializados, para apuração dos fatos.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em função de poucas informações disponíveis, das limitações inerentes aos processos de investigações internas que são particularmente significativas, bem como das eventuais consequências de identificação de violações de leis e de regulamentos por parte de autoridades e que resultariam em multas, sanções, penalidades, litígios e/ou restrições em negócios futuros da Companhia dos diversos órgãos jurisdicionais e/ou administrativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A partir das alegações que chegaram ao nosso conhecimento, discutimos com o Comitê de Auditoria as respostas que seriam dadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Com base em testes, revisamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelo Comitê de Auditoria juntamente com seus assessores externos independentes.

Nossos especialistas em forensics nos auxiliaram a entender o escopo e a abrangência da investigação, os procedimentos e metodologias utilizados, inclusive quanto aos aspectos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas.

Nos reunimos com os advogados da Companhia para entender o prognóstico do caso julgado no CARF, caso ocorra uma eventual reabertura do processo.

Efetuamos reuniões com a alta administração e o Comitê de auditoria para discutir o resultado da referida investigação, bem como sobre as divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, concluímos que as divulgações relacionadas são consistentes com as informações por nós obtidas e razoáveis no contexto das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Covenants (Nota 15)

Porque é um PAA

Em 2017 a Companhia concluiu a reestruturação de suas dívidas ao assinar o Contrato Global de dívida junto aos seus credores. Esse contrato apresenta cláusulas restritivas (Covenants financeiros e não financeiros). Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não cumpriu os Covenants financeiros, que será a partir de 30 de junho de 2019.

De acordo com informações obtidas da administração, e com base nas projeções de fluxo de caixa e orçamentos aprovados pelo Conselho de administração, a Companhia terá condições de atender aos covenants a partir de junho 2019.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude: (i) da incerteza acerca do cumprimento dos Covenants financeiros pela Companhia; (ii) da incerteza existente sobre a continuidade operacional da Companhia, caso ocorra o vencimento antecipado da dívida.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos aprovados e divulgados.

Entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, da projeção do fluxo de caixa, bem como obtenção de explicações em relação aos volumes e preços utilizados nas projeções e considerados como principais premissas.

Análise da consistência das informações com os valores realizados de anos anteriores.

Análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários de volumes e preços, entre outros.

Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Processos judiciais e contingências (Nota 18)

Porque é um PAA

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R\$ 174.160 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte em processos com prognóstico de perdas classificadas como possíveis, no montante de R\$ 1.238.810 mil (2017 R\$ 1.961.964), dentro os quais destaca-se os processos administrativos sobre o recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no valor de R\$ 348.022 mil.

Existe também outro processo relevante envolvendo a Companhia, no qual o prognóstico de perda é considerado pelos consultores jurídicos como possível, a Companhia, apoiada em discussões, relatórios e análises de seus consultores externos, entende que não é praticável estimar assertivamente o desfecho e nem o efeito financeiro envolvendo a presente questão, desta maneira para o referido processo, não foi possível estimar valor.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes

requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa; (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos e (iii) do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas caso eventual desfecho desfavorável de demandas judiciais relevantes com expectativa de perda possível sejam materializados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Entre outros procedimentos, envolvemos nossa equipe de especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, para leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia.

Analizamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados por meio de avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia, análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação desses valores, que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia obtidas por meio de confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas disponíveis.

Reuniões com os órgãos de governança da Companhia para discutir o assunto, obter o entendimento da administração, das políticas utilizadas e expor nossa visão sobre os assuntos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Contabilidade de hedge ("hedge accounting")

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 27, a Companhia designa instrumentos financeiros para hedge accounting com o intuito de se proteger dos riscos de preços de commodities e cambial, dentre eles, o hedge de valor justo dos estoques e o hedge de fluxo de caixa de receitas em dólares.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava o montante de R\$ 967.928 mil, líquido dos efeitos tributários, reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido referente a contabilidade de hedge de fluxo de caixa de receitas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude do significativo grau de julgamento das informações e premissas utilizadas para a designação dos instrumentos e

respectivos testes de efetividade dos diversos programas existentes, com prazos estimados de realização de até 19 anos para a contabilidade de hedge.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos o entendimento da política e dos principais controles relacionados ao processo de contabilidade de hedge. Com relação aos testes de detalhes em operações ou transações, os trabalhos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de instrumentos financeiros e, em base amostral, nossa abordagem envolveu, dentre outros, os seguintes principais procedimentos: Avaliação da aplicação da contabilidade de hedge pela Companhia vis-à-vis os requisitos estabelecidos pelo CPC 38.

Avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração, incluindo análise de sensibilidade das premissas-chave e avaliação dos potenciais impactos dentro de um intervalo de possíveis resultados.

Análise da documentação preparada pela administração que suporta a designação dos instrumentos financeiros.

Recálculo de testes de efetividade prospectivo e retrospectivo.

Recálculo do valor justo dos instrumentos financeiros e confronto dos valores mensurados com os apresentados em notas explicativas, com o apoio de nossos especialistas.

Avaliação da adequação das divulgações relativas à contabilidade de hedge.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração são razoáveis e as divulgações em notas explicativas apropriadas.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 25 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2018, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 177.395 mil (Consolidado), já líquidos dos passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos. A Administração elaborou análises para verificar a recuperabilidade desses ativos fiscais diferidos, conforme determina o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 32 "Tributos sobre o Lucro" e da Instrução CVM 371 que dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Tais análises indicam que o aproveitamento desses créditos ocorreria apenas a partir de 2020 e por um período de no máximo 10 anos.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) as estimativas utilizadas pela administração baseadas em premissas e julgamentos críticos, (ii) o período distante da data base em que os referidos créditos tributários seriam realizados e (iii) indícios significativos de incertezas associadas a não ser provável que haverá lucros tributários futuros em montante suficiente para a recuperação integral dos ativos diferidos líquidos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

Análise dos motivos que levaram a Companhia a não obtenção de lucro nos últimos anos.

Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, da projeção do fluxo de caixa, bem como obtenção de explicações em relação aos volumes e preços utilizados na projeção e considerados como principais premissas. Análise da consistência das informações com os valores realizados de anos anteriores.

Análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários de dólar e LME, entre outros.

Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas

Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos era apropriada, tendo como referência a legislação tributária vigentes.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que no tocante à sua recuperabilidade, os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

ICMS a recuperar

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2018 saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no montante de R\$ 141.171 mil os quais referem-se, substancialmente, aos créditos gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP. A Companhia está atuando para realizar tais créditos, com a operação de importação de catodos via drawback para atender as exportações de produtos de cobre. Além disso, também com a finalidade de evitar o acúmulo destes créditos, a Companhia desistiu do Regime Especial que permitia a redução da base de cálculo do ICMS nas saídas e voltará a aplicar a alíquota de 18% em operações internas no Estado de São Paulo com tubos e laminados.

A Companhia também reverteu a provisão para perda estimada do valor recuperável no montante de R\$ 7.897, provisionada em 31 de dezembro de 2016, como deságio estimado para a futura comercialização desses créditos, visto que não há mais a intenção de venda dos referidos créditos.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) as estimativas utilizadas pela Administração baseadas em premissas e julgamentos críticos, (ii) o período distante da data base em que os créditos tributários serão realizados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

Utilização de nossos especialistas tributários como suporte para avaliação das premissas-chave e dos critérios adotados pela Companhia. Análise dos motivos que levaram a Companhia ao acúmulo dos créditos de ICMS.

A razoabilidade e efetividade das ações iniciadas pela Companhia para utilização dos saldos acumulados, já verificados em nosso teste de eventos subsequentes. Até 31 de janeiro de 2019, a Companhia realizou cerca de 4.000 mil. Análise de sensibilidade das projeções efetuadas pela Companhia. Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

2017

O relatório do auditor independente apresentou os seguintes parágrafos de ênfase:

Em 2016, a Companhia iniciou processo de reestruturação financeira. Prejuízos repetitivos nas operações e o excesso de passivos sobre ativos circulantes até então apresentados, entre outras condições, geraram dúvidas sobre a capacidade de a Companhia continuar em operação.

Durante o terceiro trimestre de 2017, com a oferta pública de distribuição primária de ações, colocação de debêntures e reperfilamento da dívida, foi concluída pela administração a reestruturação de capital e de equalização do endividamento da Companhia. Adicionalmente, a administração possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, de auferir lucros operacionais e gerar liquidez.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude: (i) da relevância do processo da reestruturação de capital e endividamento da Companhia; (ii) da incerteza até então existente sobre a continuidade operacional da Companhia; (iii) da manutenção do pressuposto da continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras e respectivos eventuais impactos na mensuração dos ativos e passivos da Companhia e (iv) do impacto da reestruturação nos fluxos de caixa futuro da Companhia que suportam os testes de impairment de ativos de longo prazo.

Demandas judiciais com risco possível de perda

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R\$ 186.205 mil relacionadas a processos judiciais cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte em processos com perdas classificadas como possíveis, no montante de R\$ 1.961.964 mil, concentrados principalmente nas ações sobre o recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e sobre o procedimento arbitral em andamento referente ao contrato com o UBS Pactual S.A. e o Banco Santander S.A.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa; (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas

para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos e (iii) do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas que causará um eventual desfecho desfavorável de demandas judiciais relevantes com expectativa de perda possível.

10.5 Políticas Contábeis Críticas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 – Impostos a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS;
- Nota 12 - Imobilizado: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise substantiva da vida útil;
- Nota 19 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 28 - Instrumentos Financeiros Derivativos: valor justo dos derivativos.

Teste de Redução ao Valor Recuperável

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados, o qual evidenciou que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos Individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes. Para determinar o valor recuperável dos ativos e consequentemente a estimativa contábil de perda, é utilizada metodologia específica para refletir efeitos macroeconômicos no fluxo de caixa futuro, com foco substancial na projeção da geração de caixa. Estas estimativas consideram premissas que envolvem um alto grau de julgamento da Companhia para o tratamento dos preços futuros das commodities, estimativa das taxas de desconto, taxas de perpetuidade, das variações das taxas de câmbio, perspectivas de produção futuras, custos operacionais e financeiros, entre outros.

Provisão para Demandas Judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

A Companhia e suas controladas, com o auxílio de seus assessores jurídicos internos e externos, exercem julgamento significativo na determinação dos valores das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de demandas judiciais não provisionadas, caso a expectativa de perda seja considerada possível. Em função da relevância dos valores envolvidos, dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia e suas controladas para constituição das provisões e das divulgações requeridas.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Reconhecemos que certos riscos de mercado, como variação do preço de commodities, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao nosso negócio. Entretanto, a nossa política é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O nosso Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor, para que todas as exposições ao risco incorridas por nós estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de commodities decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no Exterior e empréstimos, estoques vinculados a commodities cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.
- Risco de base (Basis Risk) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de hedge.

A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, Commodities e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “Hedge” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de hedge com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de hedge (hedge accounting) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 763 (CPC 48). Nem todas as operações de hedge com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de hedge.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial;**
- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d’Ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	2017	2018	2019
Até 1 Ano	1.304	7.577	8.013
de 2 a 6 anos	4.723	15.154	16.026
acima de 6 anos	-	9.471	2.003
	6.027	32.202	26.042

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;**
- b. Natureza e propósito da operação;**
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.**

Não aplicável à nossa Companhia, pois não existem itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras, conforme informado no item 10.6.

10.8 Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2019, investimos R\$169,2 milhões de investimentos em garantia operacional, porém em função da necessidade de preservar o caixa, adotamos postura mais austera, readequando os investimentos à disponibilidade de capital de giro. Em 2018 os investimentos foram de R\$197,9 milhões.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os nossos investimentos são suportados por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento, complementados com recursos próprios gerados pelas nossas atividades.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento de investimento, ver item 10.1.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A aquisição de máquinas e equipamentos, visando a modernização da nossa disponibilidade industrial, conforme divulgado, se dará de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada projeto.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há qualquer pesquisa em andamento.

- ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não foram realizados gastos em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não foram realizados gastos significativos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

- iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não foram realizados gastos significativos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9 Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

<p style="text-align: center;">ANEXO II <u>Informações do item 13 do Formulário de Referência</u></p>

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração para seus colaboradores em geral, adotando as práticas de mercado para a remuneração de sua Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento.

A política busca estabelecer um plano de remuneração e benefícios alinhado com as práticas de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os colaboradores, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance, abrangendo: Remuneração Fixa, Remuneração Variável e Benefícios.

A política de remuneração da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em Abril/2017, e está disponível para consulta para os colaboradores da Companhia em seu sistema interno de *intranet*.

b. Composição da remuneração, indicando:

(i.) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa a remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas ao cargo ocupado na Companhia.

Remuneração Variável: valor recebido anualmente pelo profissional, por meio do qual este é remunerado de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas ao cargo ocupado na Companhia, e é composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas. O pagamento será calculado pelos múltiplos de salário devido, multiplicado pelo salário base de 31/12 do ano anterior ao pagamento. Os múltiplos salariais referentes ao ILP serão diferidos em dois anos, com pagamento de 50% após 1 ano da apuração dos resultados e os 50% restantes após 2 anos da apuração dos resultados.

Benefícios: conjunto de programas e serviços oferecidos para colaboradores e dependentes, validados pelas práticas de mercado, que podem ser pagos total ou parcialmente pela Companhia, com o objetivo de retenção, satisfação e produtividade da força de trabalho. Consideramos os seguintes benefícios: Assistência Médica, Assistência Odontológica, Check-up anual, Seguro de Vida, Previdência Privada, Veículo, Auxílio Moradia e Restaurante, sendo apenas os 2 primeiros extensíveis aos dependentes.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: trata-se do pró-labore recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa a remunerá-los de acordo com as práticas de mercado. Os membros suplentes do

Conselho de Administração recebem 50% da remuneração fixa apenas quando são convocados a participarem de alguma reunião específica, na ausência do membro titular.

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: trata-se do pró-labore recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa a remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. No caso de ausência justificada, o membro efetivo do Conselho Fiscal receberá somente 50% da remuneração devida. Os membros suplentes do Conselho Fiscal recebem 50% da remuneração fixa apenas quando são convocados a participar de alguma reunião específica, na ausência do membro titular.

Comitês de Assessoramento

Durante os anos de 2014 à 2016, foi estabelecido pela Companhia que os membros do Conselho de Administração, participantes dos Comitês de Assessoramento, não receberiam nenhum adicional em função de sua participação nestes comitês.

A partir de 2017, os membros do Conselho de Administração passaram a fazer jus a adicional por participação nos meses em que ocorressem reuniões de Comitês de Assessoramento, desde que os respectivos membros estivessem presentes às reuniões. Este adicional não se aplica aos participantes de Comitês de Assessoramento que sejam colaboradores da Companhia.

A partir de 2019, o valor adicional dos membros do Conselho de Administração, em função da sua participação nos comitês de assessoramento, foi incorporado à remuneração fixa mensal.

No caso de contratação de membros externos para participação em Comitês de Assessoramento, um valor mensal deverá ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração, com base nos termos a serem estabelecidos no respectivo contrato de prestação de serviços.

(ii.) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Realizado 2019:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Diretoria Estatutária	59,31%	22,43%	18,26%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	64,80%	17,48%	17,72%	100,00%
Comitês de Assessoramento	100,00%	n/a	n/a	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2019

Realizado 2018:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Diretoria Estatutária	32,15%	62,11%	5,74%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	54,40%	35,13%	10,48	100,00%
Comitês de Assessoramento	100,00%	n/a	n/a	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2018

Realizado 2017:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Diretoria Estatutária	40,97%	46,39%	12,64%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	46,17%	44,68%	9,15%	100,00%
Comitês de Assessoramento	100,00%	n/a	n/a	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2017

(iii.) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento segue as práticas e condições do mercado, obtidas através de pesquisas realizadas com o apoio de especialistas externos.

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal poderá ser ajustada anualmente, conforme aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é acordada no momento da contratação, podendo ser atualizada anualmente com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de janeiro a dezembro de cada ano, e que pode ser aplicada a partir do mês subsequente à realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Os reajustes da remuneração da Diretoria Não Estatutária poderão seguir as Convenções Coletivas de Trabalho - CCT's anuais, firmadas junto aos Sindicatos que os representam junto à Companhia, ou serem aplicados juntamente com a atualização da remuneração da Diretoria Estatutária.

A remuneração variável, aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, contempla o Incentivo de Curto Prazo (ICP) e o Incentivo de Longo Prazo (ILP), ambos condicionados ao cumprimento das metas estabelecidas.

(iv.) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e condições de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os profissionais, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance.

(v.) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos exercícios de 2018 e 2019, um dos membros do Conselho de Administração e seu respectivo suplente renunciaram à remuneração ao qual fariam jus.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento não há indicadores de desempenhos definidos.

Para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária os principais indicadores no Programa de Remuneração Variável são:

Exercício de 2019 para Diretor Presidente, Diretores Estatutários e não estatutários:

- Peso de 80% = Metas Individuais, alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.
- Peso de 20% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

Exercício de 2018 para Diretor Presidente:

- Peso de 100% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.

Exercício de 2018 para Diretores Estatutários e não estatutários:

- Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.
- Peso de 30% = Metas Individuais, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.

Exercício de 2017 para Diretor Presidente:

- Peso de 100% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.

Exercício de 2017 para Diretores Estatutários e não estatutários:

- Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.
- Peso de 30% = Metas Individuais, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhamento entre o previsto e o realizado, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva (Estatutária e Não Estatutária) e o Conselho de Administração, com base nos indicadores e metas mencionados no item 13.1.c.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração leva em consideração a valorização de curto, médio e longo prazo da Companhia, alinhando desta forma os interesses do emissor aos de seus administradores.

O Programa de Remuneração Variável é um programa de incentivo anual vinculado às estratégias do negócio, visando promover os resultados financeiros da Companhia, reconhecer e remunerar performances individuais e coletivas, bem como promover a retenção de talentos.

O Programa de Remuneração Variável da Companhia é composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), ambos vinculados aos resultados financeiros e metas individuais dos Diretores Estatutários.

Até o ano de 2016, o ILP esteve baseado no desempenho das ações de emissão da Companhia, sendo elegíveis os Diretores Estatutários e os Não Estatutários.

A partir de 2017, o ILP deixou de ser vinculado ao desempenho das ações de emissão da Companhia, sendo calculado em múltiplos de salário e baseado em metas coletivas definidas pelo Conselho de Administração e metas individuais acordadas entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

A liquidação financeira do ILP é feita via folha de pagamento, respeitadas as regras de elegibilidade.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração e o Comitê de Gestão de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia participam dos processos decisórios, cabendo ao Comitê de Pessoas e Sustentabilidade a análise e recomendação ao Conselho de Administração, para aprovação da proposta de remuneração no tocante à remuneração da

Diretoria Estatutária e Não Estatutária. Para a fixação da remuneração do Conselho de Administração, a proposta é apresentada anualmente à assembleia geral, que fixa tal remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O painel de comparação e posicionamento da remuneração total têm referência com um mercado formado por empresas do ramo industrial que disputam a mão de obra com a Companhia, posicionando o salário-base e a remuneração total na mediana de mercado, levando em consideração a região onde cada unidade está localizada.

A estratégia de remuneração levará em conta as práticas e as condições do mercado, o desempenho econômico e financeiro coletivo da Companhia e suas perspectivas de crescimento, o desempenho individual e o equilíbrio interno.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As políticas e normativos da Companhia são revisados a cada 2 anos, e periodicamente é revisada para alinhamento da remuneração total com o mercado de comparação, para promover eventuais ajustes em seus normativos, se necessários.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.806.020	2.566.032	483.516	5.855.568
Benefícios diretos e indiretos	n/a	682.826	n/a	682.826
Participações em comitês	n/a	n/a	n/a	0
Outros	561.204	513.206	96.703	1.171.114
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	INSS
Remuneração variável				
Bônus	n/a	4.543.830	n/a	4.543.830
Participação de resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	908.766	n/a	908.766
Descrição de outras remunerações variáveis	-	INSS	n/a	INSS

Pós-emprego	n/a	127.363	n/a	127.363
Cessação do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Baseada em ações (incluindo opções)	n/a	n/a	n/a	n/a
Observação	!- Foram considerados no valor total da remuneração incluindo fixo + variável + remuneração baseada em ações + benefícios, os encargos sociais de 20% de INSS - Foi recomendado pelo Comitê de Gestão de Pessoas junto ao Conselho de Administração e contemplado na proposta de 2020, a aplicação de 4,48% para reaj. nos honorários mensais, conforme INPC acumulado no período de jan a dez de 2019. - Houve incorporação da remuneração por participação em comitê no salário ou pró-labore co Conselho de Administração			
Total da remuneração	3.367.224	9.342.025	580.219	13.289.468

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,75	4,00	2,67	13,42
Nº de membros remunerados	5,75	4,00	2,67	12,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.896.245	3.185.671	398.290	5.480.206
Benefícios direto e indireto	n/a	744.005	n/a	744.005
Participações em comitês	399.066	n/a	n/a	399.066
Outros	459.062	637.134	79.658	1.175.854
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	INSS
Remuneração variável				
Bônus	n/a	1.199.933	n/a	1.199.933
Participação de resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	240.931	n/a	240.931
Descrição de outras remunerações variáveis	-	INSS	-	INSS
Pós-emprego	n/a	43.830	n/a	43.830
Cessação do cargo	n/a	388.933	n/a	388.933
Baseada em ações (incluindo opções)	n/a	4.723	n/a	4.723
Observação	- O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 5,75 membros, sendo 2 por 12 meses, 2 por 8 meses ($2 \times 8/12 = 1,33$), 1 por 5 meses ($5/12 = 0,42$), 4 por 4 meses ($4 \times 4/12 = 1,33$), 1 por 2 meses ($2/12 = 0,17$) e 1 suplente por 6 meses ($6/12 = 0,50$) + 1 membro não remunerado - A Diretoria, em média no ano teve a participação de 4,00 membros, sendo 2 por 12 meses, 1 por 8 meses ($8/12 = 0,67$), 1 por 7 meses ($7/12 = 0,58$), 1 por 5 meses ($5/12 = 0,42$) e 1 por 4 meses ($4/12 = 0,33$). Posição do Diretor Presidente ocupada pelo Presidente do CA. - O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 2,67 membros, sendo 1 por 12 meses, 1 por 9 meses ($9/12 = 0,75$), 1 por 5 meses ($5/12 = 0,42$) e 2 por 3 meses ($2 \times 3/12 = 0,50$)			
Total da remuneração	2.754.373	6.445.161	477.947	9.677.481

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,67	3,25	13,92
Nº de membros remunerados	6,00	3,67	3,25	12,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.517.436	3.138.092	478.102	5.133.630
Benefícios direto e indireto	0,00	672.028	0,00	672.028
Participações em comitês	642.006	0,00	0,00	642.006
Outros	431.888	627.618	95.620	1.155.127
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.055.449	0,00	6.055.449
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.212.263	0,00	1.212.263
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		INSS
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.866	0,00	5.866
Observação	- O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 6 membros, sendo: 5 membros titulares por 12 meses, 1 membro titulares por 9 meses (9/12 = 0,75), 1 membro titular por 3 meses (3/12 = 0,25).	- A Diretoria, em média no ano teve a participação de 3,67 membros, sendo: 3 diretores por 12 meses, 1 diretor por 8 meses (8/12 = 0,67).	- O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 3,25 membros, sendo: 1 membro titular por 12 meses, 3 membros titulares por 3 meses (3/12 = 0,25), 2 membros titulares por 9 meses (9/12 = 0,75).	
Total da remuneração	2.591.330	11.711.315	573.723	14.876.368

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,08	2,67	4,92	13,67
Nº de membros remunerados	6,00	2,67	4,92	13,59
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.453.133	2.581.240	714.384	4.748.757
Benefícios direto e indireto	0,00	485.196	0,00	485.196
Participações em comitês	620.000	0,00	0,00	620.000
Outros	414.627	516.248	142.877	1.073.751
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				

Bônus	0,00	2.916.859	0,00	2.916.859
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	584.632	0,00	584.632
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	71.080	0,00	71.080
Cessação do cargo	0,00	399.247	0,00	399.247
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.301	0,00	6.301
Observação	- O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 6 membros, sendo: 4 membros titulares por 12 meses, 2 membros titulares por 8 meses ($2 \times 8/12 = 1,33$), 2 membros titulares por 4 meses ($2 \times 4/12 = 0,67$).	- A Diretoria, em média no ano teve a participação de 2,67 membros, sendo: 1 diretor por 12 meses, 1 diretor por 10 meses ($10/12 = 0,83$), 1 diretor por 8 meses ($8/12 = 0,67$) e 1 diretor por 2 meses ($2/12 = 0,17$).	- O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 4,92 membros, sendo: 3 membros titulares por 12 meses, 1 membro titular por 11 meses ($11/12 = 0,92$), 1 membro titulares por 8 meses ($8/12 = 0,67$) e 1 membro titulares por 4 meses ($4/12 = 0,33$).	
Total da remuneração	2.487.760	7.560.803	857.261	10.905.824

13.3. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	7,00	3,00	4,00	14,00
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	4,00	4,00
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	4.543.830,32	4.543.830,32
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	n/a	n/a	4.172.438,32	4.172.438,32
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	n/a	n/a	n/a	n/a
e. em relação à participação no resultado				

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

b. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2019

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	6,75	2,67	4,00	13,42
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	4,00	4,00
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	9.350.164,79	9.350.164,79
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (R\$/Unidade):	n/a	n/a	7.916.766,11	7.916.766,11
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	n/a	n/a	1.199.933,36	1.199.933,36
e. em relação à participação nos resultados				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

c. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2018

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	0,00	0,00	3,67	3,67
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	3,67	3,67
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	7.613.604,00	7.613.604,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (R\$/Unidade):	n/a	n/a	6.895.848,00	6.895.848,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	n/a	n/a	6.055.448,75	6.055.448,75
e. em relação à participação nos resultados				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

d. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2017

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	7,00	5,00	3,17	15,17
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	3,17	3,17
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	5.404.800,00	5.404.800,00

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (R\$/Unidade):	n/a	n/a	5.224.000,00	5.224.000,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	n/a	n/a	2.916.859,00	2.916.859,00
e. em relação à participação nos resultados				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

O Programa de Remuneração Variável prevê um incentivo vinculado às estratégias do negócio e ao desempenho individual dos Diretores Estatutários, através de metas pré-estabelecidas, que são apuradas ao final do exercício e convertidas em Incentivo de Longo Prazo (ILP).

Durante o último exercício social, a Companhia reconheceu as parcelas do programa de remuneração variável baseado no preço das ações (*phantoms shares*), referente ao 4º pagamento de 2015, totalizando a provisão de aproximadamente R\$ 4,7 mil, no período de 2019.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ter componentes baseados no preço das ações de emissão da Companhia (*phantom shares*). Desde então o ILP é apurado com base nas metas atingidas e diferido em 2 anos, através de múltiplos de salário.

b. principais objetivos do plano

- Promover os resultados financeiros sustentáveis da Companhia;
- Reconhecer e remunerar performances individuais;
- Estimular o espírito de equipe;
- Promover a retenção de seus talentos;
- Alinhar o interesse dos executivos aos dos acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a acima. O ILP é apurado com base nas metas atingidas e diferido em 2 anos, através de múltiplos de salário.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O programa é o componente de longo prazo do pacote da remuneração total.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

f. número máximo de ações abrangidas

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

h. condições de aquisição de ações

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no 13.4-a.

k. forma de liquidação

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no 13.4-a.

l. restrições à transferência das ações

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, a seu único e exclusivo critério, as quais devem ser expressamente informadas ao beneficiário.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No tocante ao Incentivo de Longo Prazo (ILP), o Diretor perde todos os direitos em caso de renúncia, rescisão/destituição ou não renovação do contrato durante o ano aquisitivo, bem como dos demais anos.

13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não ser mais baseado em ações, as obrigações referentes às URVs ainda não pagas, serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Abaixo, segue previsão para remuneração baseada em ações prevista para a Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à essa remuneração.

a) Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	7,00	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	0,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das URVs em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das URVs perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das URVs exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das URVs expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as URVs outorgadas	n/a	n/a

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
Outorga de URVs		
Data de outorga	n/a	n/a

Quantidade de <i>URVs</i> outorgadas	n/a	n/a
Prazo para que as <i>URVs</i> se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das <i>URVs</i>	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das <i>URVs</i> na data da outorga	n/a	n/a

Obs: não há *URVs* a serem outorgadas em 2020

a) Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2019

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	6,75	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	1,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das <i>URVs</i> em aberto no início do exercício social	n/a	1,35
(b) Das <i>URVs</i> perdidas durante o exercício social	n/a	1,55
(c) Das <i>URVs</i> exercidas durante o exercício social	n/a	1,55
(d) Das <i>URVs</i> expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as <i>URVs</i> outorgadas	n/a	n/a

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
Outorga de <i>URVs</i>		
Data de outorga	n/a	mar/19
Quantidade de <i>URVs</i> outorgadas	n/a	3.047,02
Prazo para que as <i>URVs</i> se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das <i>URVs</i>	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das <i>URVs</i> na data da outorga	n/a	n/a

b) Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2018

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	7,00	3,67
c. nº de membros remunerados	n/a	1,00

Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das <i>URVs</i> em aberto no início do exercício social	n/a	1,73
(b) Das <i>URVs</i> perdidas durante o exercício social	n/a	1,45
(c) Das <i>URVs</i> exercidas durante o exercício social	n/a	1,45
(d) Das <i>URVs</i> expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as <i>URVs</i> outorgadas	n/a	n/a

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
Outorga de <i>URVs</i>		
Data de outorga	n/a	mar/2018
Quantidade de <i>URVs</i> outorgadas	n/a	4.345,35
Prazo para que as <i>URVs</i> se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das <i>URVs</i>	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das <i>URVs</i> na data da outorga	n/a	n/a

c) Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2017

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	6,08	2,67
c. nº de membros remunerados	n/a	1,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das <i>URVs</i> em aberto no início do exercício social	n/a	1,73
(b) Das <i>URVs</i> perdidas durante o exercício social	n/a	1,46
(c) Das <i>URVs</i> exercidas durante o exercício social	n/a	1,46
(d) Das <i>URVs</i> expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as <i>URVs</i> outorgadas	n/a	n/a

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
Outorga de <i>URVs</i>		

Data de outorga	n/a	mar/2017
Quantidade de <i>URVs</i> outorgadas	n/a	4.345,35
Prazo para que as <i>URVs</i> se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das <i>URVs</i>	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das <i>URVs</i> na data da outorga	n/a	n/a

d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

Item não aplicável à Companhia.

e. valor justo das opções na data de cada outorga

Item não aplicável à Companhia.

f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Item não aplicável à Companhia.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (*URVs*). A *URV* é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não ser mais baseado em ações, as obrigações referentes as *URVs* ainda não pagas, serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Para maiores informações, vide item 13.5.

a) Remuneração baseada em ações do exercício social 31.12.2019

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	n/a	4,00
c. Nº de membros remunerados	n/a	1,00
d. <i>URVs</i> ainda não exercíveis		
i. Quantidade	n/a	3.047,02

ii. Data em que se tornarão exercíveis*	n/a	Mar/2020 – 3.047,02
iii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
v. Preço médio ponderado de exercício	n/a	1,55
vi. Valor justo das URVs no último dia do exercício	n/a	n/a
e. em relação às URVs exercíveis		
i. Quantidade	n/a	n/a
ii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
iv. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
v. Valor justo das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a
vi. Valor justo do total das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a

Nota: A depender de cláusulas constantes no contrato do Diretor Estatutário, as URVs poderão ser exercidas antes do prazo ou canceladas.

b) Remuneração baseada em ações do exercício social 31.12.2018

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	n/a	3,67
c. Nº de membros remunerados	n/a	1,00
d. URVs ainda não exercíveis		
i. Quantidade	n/a	7.392,37
ii. Data em que se tornarão exercíveis*	n/a	Mar/2019 – 4.345,35 Mar/2020 – 3.047,02
iii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
v. Preço médio ponderado de exercício	n/a	1,35
vi. Valor justo das URVs no último dia do exercício	n/a	n/a
e. em relação às URVs exercíveis		
i. Quantidade	n/a	n/a
ii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a

iv. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
v. Valor justo das <i>URVs</i> no último dia do exercício social	n/a	n/a
vi. Valor justo do total das <i>URVs</i> no último dia do exercício social	n/a	n/a

Nota: A depender de cláusulas constantes no contrato do Diretor Estatutário, as *URVs* poderão ser exercidas antes do prazo ou canceladas.

c) Remuneração baseada em ações do exercício social 31.12.2017

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	6,00	2,67
c. Nº de membros remunerados	n/a	1,00
d. <i>URVs</i> ainda não exercíveis		
i. Quantidade	n/a	11.737,72
ii. Data em que se tornarão exercíveis	n/a	Mar/2018 – 4.345,35 Mar/2019 – 4.345,35 Mar/2020 – 3.047,02
iii. Prazo máximo para exercício das <i>URVs</i>	n/a	n/a
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
v. Preço médio ponderado de exercício	n/a	1,46
vi. Valor justo das <i>URVs</i> no último dia do exercício	n/a	n/a
e. em relação às <i>URVs</i> exercíveis		
i. Quantidade	n/a	n/a
ii. Prazo máximo para exercício das <i>URVs</i>	n/a	n/a
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
iv. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
v. Valor justo das <i>URVs</i> no último dia do exercício social	n/a	n/a
vi. Valor justo do total das <i>URVs</i> no último dia do exercício social	n/a	n/a

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a

concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não ser mais baseado em ações, as obrigações referentes as URVs ainda não pagas, serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Para maiores informações, vide item 13.5.

a) Exercício social 31.12.2019

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	7,00	4,00
c. Nº de membros remunerados	n/a	1,00
d. em relação às URVs exercidas		
i. Número de URVs	n/a	n/a
ii. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às URVs	n/a	n/a
e. em relação às URVs entregues		
i. Número de URVs	n/a	3.047,02
ii. Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	n/a	n/a

b) Exercício social 31.12.2018

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	7,00	3,67
c. Nº de membros remunerados	n/a	1,00
d. em relação às URVs exercidas		
i. Número de URVs	n/a	n/a
ii. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às URVs	n/a	n/a
e. em relação às URVs entregues		

i. Número de <i>URVs</i>	n/a	4.345,35
ii. Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	n/a	n/a

c) Exercício social 31.12.2017

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	6,00	2,67
c. Nº de membros remunerados	n/a	2,67
d. em relação às <i>URVs</i> exercidas		
i. Número de <i>URVs</i>	n/a	n/a
ii. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às <i>URVs</i>	n/a	n/a
e. em relação às <i>URVs</i> entregues		
i. Número de <i>URVs</i>	n/a	4.345,35
ii. Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Valor médio da ação da Paranapanema (PMAM3) de janeiro a dezembro do ano anterior ao pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O efetivo pagamento não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (*URVs*). A *URV* é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas no Incentivo de Longo Prazo (ILP).

A apuração para concessão e pagamento é realizada em URVs, a qual tem por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Incentivo de Longo Prazo (ILP) utilizava um conceito de *phantom shares*, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em Unidades de Remuneração Variável (URVs), baseado no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3).

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A apuração para concessão e pagamento é realizada em Unidades de Remuneração Variável (URVs), a qual tem por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por nossos administradores, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas na abaixo:

Órgão	Valores Mobiliários emitidos pela Companhia e Controladas	%
Conselho de Administração	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Total	0	0,0%

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Órgão Valores Anuais – Realizado 2018	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária
b. Número de Membros	6,75	2,67	4,00

c. Número de Membros Remunerados	0,00	0,00	4,00
d. Nome do Plano	n/a	n/a	BrasilPrev – PMA Prev PGBL
e. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se	n/a	n/a	0,00
f. Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a	60 anos de idade + 10 anos de contribuição + perda de vínculo com a empresa ou ser aposentado pela Previdência Social + perda de vínculo com a empresa
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	n/a	393.938,43
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	n/a	192.322,82
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	n/a	Sim, a qualquer momento, de 60 em 60 dias, porém há a perda proporcional da contribuição realizada pela Companhia

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,00	3,67	2,67	6,75	7,00	7,00	2,67	3,25	4,92
Nº de membros remunerados	4,00	3,67	2,67	5,75	6,00	6,00	2,67	3,25	4,92
Valor da maior remuneração (Reais)	1.241.814,70	7.489.627,78	4.640.629,17	468.310,80	470.084,40	437.360,00	185.112,00	178.977,60	175.348,80
Valor da menor remuneração (Reais)	1.116.844,56	1.269.577,40	4.640.629,17	468.310,80	416.197,20	396.000,00	185.112,00	178.977,60	175.348,80
Valor médio da remuneração (Reais)	1.611.290,18	3.191.094,13	2.831.761,33	408.055,25	370.190,03	355.394,29	179.006,52	176.530,04	174.240,00

Observação:

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2019. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2018	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2018. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2017	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2017. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.

Conselho de Administração	
31/12/2019	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2019. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2018	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2018. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2017	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2017. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2019. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2018	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2018. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
31/12/2017	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2017. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há, previsto em contrato, mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Por liberalidade a Companhia poderá conceder aos Diretores,

por um período de 6 (seis) meses, a assistência médica e odontológica, bem como realizar o pagamento do Incentivo de Curto Prazo (ICP) e do Incentivo de Longo Prazo (ILP), condicionado a cláusulas contratuais.

O valor pago a título de prêmio de seguro (D&O) é de R\$109.578,13, anualmente.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, pois a Companhia não possui acionista controlador.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia não recebem, e não receberam, nos últimos três exercícios sociais, remuneração da Companhia, além da referente à função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem, e não receberam, nos últimos três exercícios sociais, remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

<p style="text-align: center;">ANEXO III <u>Pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria</u></p>

PARANAPANEMA S.A.

CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Paranapanema S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados e tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

São Paulo, 16 de março de 2020.

Marcelo Adilson Tavarone Torresi
Presidente do Conselho Fiscal

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

PARANAPANEMA S.A.
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Paranapanema S.A. (“Companhia”), órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros da Companhia, em especial às demonstrações financeiras do exercício de 2018, acompanhamento da efetividade da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da auditoria interna, durante o exercício referido, considerando o disposto no artigo 9º, § 1º, III, da Instrução CVM nº 481/2009, emite o seguinte parecer:

Considerando os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Auditoria durante o exercício de 2019, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, tudo consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas produzidas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, suportado pelo relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e a publicação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019.

São Paulo, 16 de março de 2020.

Endrigo de Pieri Perfetti

Jair Luis Mahl

Jerônimo Antunes

Karlis Mirra Novickis

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], **[QUALIFICAÇÃO]** ("**Outorgante**"), nomeia e constitui como seu procurador **[NOME]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, com RG nº **[•]**, inscrito no CPF/MF sob o nº **[•]**, residente e domiciliado na cidade de **[•]**, Estado de **[•]**, na Rua **[•]**, **[NÚMERO]**, para **individualmente** representar o Outorgante, na qualidade de acionista da **PARANAPANEMA S.A.**, ("**Companhia**"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 23 de abril de 2020, às 13 horas, na sede social da Companhia localizada na Via do Cobre nº 3.700, Área Industrial Oeste, na cidade de Dias D'Ávila, Estado da Bahia ("**AGO**"), podendo examinar, discutir e votar em nome do Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca da seguinte matéria constante da Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA:

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
--------------------	-------------------	----------------------

Justificativa de voto:

(ii) Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia e eleição de seus membros para o biênio de 2020/2021

- Definição do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia:

5 (cinco) membros ()	6 (seis) membros ()	7 (sete) membros ()	Abstenção ()
------------------------------	-----------------------------	-----------------------------	----------------------

Justificativa de voto:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração para o biênio 2020/2021:

(As três colunas abaixo devem ser preenchidas. Caso as colunas não sejam preenchidas de forma que não seja possível computar os votos aos candidatos por falta de informação ou caso a informação não esteja clara, os votos correspondentes não serão computados)

<p>Se o Conselho de Administração for formado por 5 (cinco) membros, marcar com um "x" até em 5 membros abaixo:</p> <p>1. () Titular: Suplente:</p> <p>2. () Titular: Suplente:</p> <p>3. () Titular: Suplente:</p> <p>4. () Titular: Suplente:</p>	<p>Se o Conselho de Administração for formado por 6 (seis) membros, marcar com um "x" em até 6 membros abaixo:</p> <p>1. () Titular: Suplente:</p> <p>2. () Titular: Suplente:</p> <p>3. () Titular: Suplente:</p> <p>4. () Titular: Suplente:</p>	<p>Se o Conselho de Administração for formado por 7 (sete) membros, marcar com um "x" em até 7 membros abaixo:</p> <p>1. () Titular: Suplente:</p> <p>2. () Titular: Suplente:</p> <p>3. () Titular: Suplente:</p> <p>4. () Titular: Suplente:</p>
---	--	--

5. () Titular: Suplente:	5. () Titular: Suplente:	5. () Titular: Suplente:
6. () Titular: Suplente:	6. () Titular: Suplente:	6. () Titular: Suplente:
7. () Titular: Suplente:	7. () Titular: Suplente:	7. () Titular: Suplente:
Abstenção ()		
Justificativa de voto:		
(iii) Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros.		
- Definição do número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia:		
3 (três) membros ()	4 (quatro) membros ()	5 (cinco) membros ()
Abstenção ()		
Justificativa de voto:		
- Eleição dos membros do Conselho Fiscal: (As três colunas abaixo devem ser preenchidas. Caso as colunas não sejam preenchidas de forma que não seja possível computar os votos aos candidatos por falta de informação ou caso a informação não esteja clara, os votos correspondentes não serão computados)		
Se o Conselho Fiscal for formado por 3 (três) membros, marcar com um "x" até em 3 membros abaixo:	Se o Conselho Fiscal for formado por 4 (quatro) membros, marcar com um "x" em até 4 membros abaixo:	Se o Conselho Fiscal for formado por 5 (cinco) membros, marcar com um "x" em até 5 membros abaixo:
1. () Titular: Suplente:	1. () Titular: Suplente:	1. () Titular: Suplente:
2. () Titular: Suplente:	2. () Titular: Suplente:	2. () Titular: Suplente:
3. () Titular: Suplente:	3. () Titular: Suplente:	3. () Titular: Suplente:
4. () Titular: Suplente:	4. () Titular: Suplente:	4. () Titular: Suplente:
5. () Titular: Suplente:	5. () Titular: Suplente:	5. () Titular: Suplente:
Abstenção ()		
Justificativa de voto:		
(iv) Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2020.

[ACIONISTA]